

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2011

Senhores Acionistas,

A Administração das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, compostas pelo Balanço Patrimonial, pelas Demonstrações dos Resultados, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa, dos Valores Adicionadas e do Balanço Social, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal.

A Companhia

A Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. ("CEMAT"), é uma concessionária de distribuição de energia elétrica e uma sociedade por ações de capital aberto, controlada pela REDE ENERGIA S.A. ("REDE ENERGIA"), que detém 61,84% das ações ordinárias e 39,92% do total de ações. A concessão da CEMAT abrange todo o Estado do Mato Grosso, beneficiando aproximadamente 3,0 milhões de habitantes, em um total de 141 municípios, distribuídos em uma área de 903.358 km².

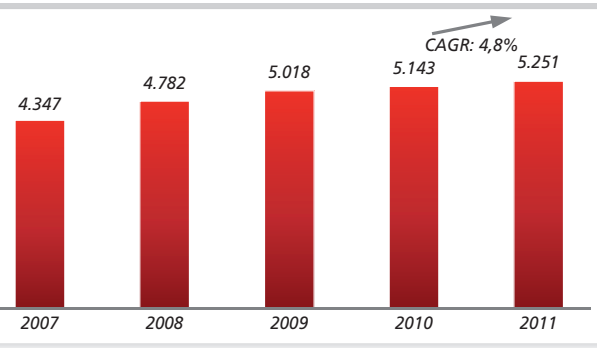
Desempenho Operacional

A CEMAT encerrou o exercício de 2011 atendendo 1.100.686 unidades consumidoras. A maior parte da energia requerida para atendimento desse mercado (99,79%) foi comprada de Empresas Coligadas, Autoprodutores, Produtores Independentes e das empresas ofertantes dos Leilões da CCEE e o restante 0,21%, foi proveniente de Geração Própria através de usinas térmicas movidas a óleo diesel.

Mercado Consumidor

A CEMAT encerrou 2011 com um fornecimento de energia de 5.251 GWh (mercado cativo), representando um crescimento de 2,1% em relação aos 5.143 GWh de 2010. Cabe acrescentar que o crescimento do fornecimento da companhia seria maior, não fosse a migração de clientes industriais e comerciais para o mercado livre. Assim, incluindo-se os clientes livres, o fornecimento atingiria 6.200 GWh em 2011 e representaria uma variação de 6,5% em relação a 2010.

Vendas (em GWh)



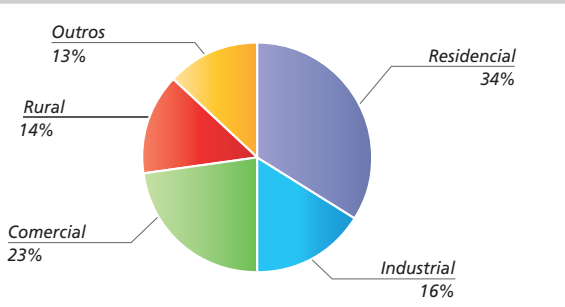
A classe residencial, responsável por 34,3% do total da energia fornecida (1.799 GWh) e 75,9% do número total de consumidores (835.549 consumidores), apresentou um crescimento de 4,1% no consumo de energia elétrica e um crescimento de 5,2% no número de consumidores, quando comparados ao exercício anterior. Esse crescimento foi influenciado principalmente pelo aumento do número de empregos e pela renda dos trabalhadores.

A classe industrial passou a ser a terceira mais representativa no fornecimento de energia elétrica da empresa, com participação de 15,8% da energia fornecida (828 GWh) e 17.856 consumidores. O consumo apresentou um decréscimo de 15,0% e o número de consumidores registrou um crescimento de 8,7%. Esse crescimento, abaixo da média histórica, foi influenciado pela migração de certos clientes industriais para o mercado livre e também pela crise no setor de frigoríficos e abate de animais.

A classe comercial, segunda mais representativa no fornecimento de energia elétrica da empresa em 2011, com participação de 23,2% do total da energia fornecida (1.220 GWh) e com 82.716 consumidores, apresentou um crescimento de 6,8% no consumo e 5,2% no número de consumidores, quando comparados ao ano anterior. As atividades que mais exerceram influência sobre o desempenho da classe foram: atividades de comércio atacadista, que registraram um crescimento de 15,5% e serviços, com crescimento de 13,8%. Vale observar que, nas atividades relacionadas a gerência de escritórios, administração e ensino, houve migração de clientes para o mercado livre. Considerando-se o fornecimento a clientes livres no total da classe, teríamos um consumo de 1.262 GWh em 2011, o que representaria um aumento 9,2% em relação a 2010.

A classe rural é a quarta maior com relação ao consumo de energia, com 13,8% (726 GWh), e a segunda maior classe em relação ao número de consumidores (151.817 consumidores). Essa classe registrou um crescimento de 13,5% no fornecimento de energia e de 8,9% no número de consumidores, principalmente devido à implementação do Programa Luz Para Todos.

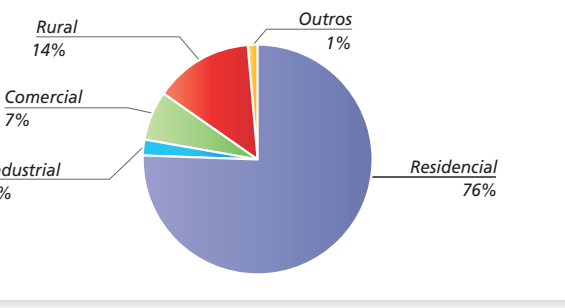
Participação por Classe de Consumo (GWh)



Consumidores

Em 2011, a CEMAT registrou um número total de 1.100.686 unidades consumidoras, representando um crescimento de 5,8% em relação ao ano anterior, o que corresponde a um acréscimo de 59.905 unidades. Esse crescimento se deve principalmente ao aumento das classes residencial e rural, com incrementos de 41.592 e 12.346 clientes, respectivamente, sobretudo em razão do Programa Luz para Todos.

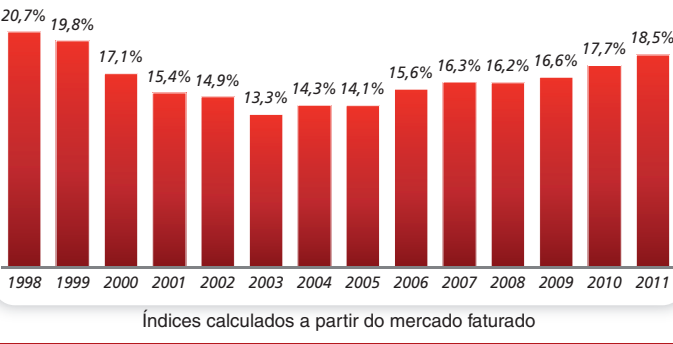
Participação por Classe de Consumo (Número de Consumidores)



Perdas

Desde 1998, a concessionária vem realizando investimentos e implementando diversas ações com o propósito de reduzir os índices de perdas técnicas e não-técnicas.

Perdas



Nos últimos anos, em função da interligação das Pequenas Centrais Hidroelétricas ao sistema e também das diversas localidades, que antes pertenciam ao Sistema Isolado, as perdas técnicas de transmissão aumentaram em 0,8%. Os índices dessas perdas decorrentes da interligação foram 2,8% em 2010 e 3,1% em 2011, o que influenciou consideravelmente para o aumento do índice de perdas globais (técnicas e não-técnicas). Com ações voltadas ao combate e redução das perdas não técnicas, a companhia tem conseguido manter o índice na faixa de 8%. Em 2011, a CEMAT intensificou parceria com diversas empresas, por meio de contratos de *performance*, com o intuito de aumentar o número de inspeções. Com isso, a remuneração da parceira fica condicionada à redução do índice de perdas de cada alimentador contratado.

Em 2011, a CEMAT deu continuidade as obras de reforma da rede de distribuição e blindagem do sistema de medição. As obras, referentes ao primeiro lote desses alimentadores, foram finalizadas em abril de 2011 e, para os próximos anos, a estratégia da companhia é manter a continuidade às obras de reforma da rede de distribuição urbana e blindagem do sistema de medição em alimentadores críticos.

Outra estratégia de combate ao furto de energia é a continuidade da substituição de medidores eletromecânicos por eletrônicos e eliminação de unidades consumidoras ligadas sem medição. Paralelamente, com o intuito de atualizar o cadastro de iluminação pública, demos início ao levantamento da quantidade de lâmpadas e suas respectivas potências.

DEC / FEC

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes). Além desses a CEMAT acompanha o TMA - Tempo Médio de Atendimento, que mostra o tempo médio em que são atendidas as reclamações e solicitações dos clientes (medido em minutos).

	2011	2010	2009
DEC	29,2	28,5	29,3
FEC	20,8	21,8	22,8
TMA	226,6	237,1	204,4

Valores em base anual

Em 2011, o indicador DEC apresentou uma elevação de 2,5% e o FEC uma redução de 4,6%. O aumento do DEC foi em função do aumento de 30% das manutenções programadas (4,7 horas realizadas em 2011 contra 3,6 horas em 2010). Essas manutenções são necessárias para a melhoria do desempenho do sistema de Distribuição e Transmissão da CEMAT. Os índices de DEC e FEC da CEMAT estão abaixo dos limites máximos estipulados pela ANEEL, de 31,12 e 26,08, respectivamente.

Desempenho Econômico-Financeiro

Valores em R\$ mil

	2007	2008	2009	2010	2011	Var. %	CAGR* 2007-2011
Vendas em GWh	4.347	4.782	5.018	5.143	5.251	2,1%	4,8%
Número de consumidores	875.348	940.012	992.368	1.040.781	1.100.686	5,8%	5,9%
Receita operacional bruta.....	1.830.249	1.997.420	2.510.904	2.842.424	3.049.090	7,3%	13,6%
Receita operacional líquida.....	1.128.979	1.249.633	1.678.304	1.956.588	2.099.765	2,7%	15,5%
EBITDA (1)	311.655	351.129	380.114	360.668	538.679	49,4%	14,7%
Margem Ebitda (%) (2)	27,6%	28,1%	22,6%	18,4%	26,8%	45,4%	-0,7%
Lucro (prejuízo) líquido.....	98.670	84.561	149.496	18.605	146.884	689,5%	10,5%
Dívida financeira líquida (3).....	309.510	736.024	750.307	961.024	1.022.841	6,4%	34,8%
Dívida financeira líquida/EBITDA	1,0	2,1	2,0	2,7	1,9	-28,7%	17,6%
Patrimônio líquido.....	1.063.475	1.129.436	1.171.023	1.168.610	1.277.159	9,3%	4,7%
Índice de endividamento (4)	22,5%	39,5%	39,1%	45,1%	44,5%	-1,5%	18,5%

(1) Ebitda: resultado antes dos juros, impostos, depreciação, amortização e outros resultados não operacionais.

(2) Margem Ebitda: ebitda / receita operacional líquida.

(3) Dívida Financeira Líquida: empréstimos, financiamentos, leasing, debêntures (-) caixa, equivalentes e sub-rogação CCC.

(4) Índice de Endividamento: dívida financeira líquida / (dívida financeira líquida + patrimônio líquido).

A receita operacional bruta da CEMAT apresentou um aumento de 7,3%, passando de R\$ 2.842,4 milhões em 2010 para R\$ 3.049,1 milhões em 2011, influenciado principalmente pelo: (i) aumento de 2,1% nas vendas em MWh; e (ii) aumento de 10,3% no preço médio de venda ao consumidor final (receita de vendas em R\$ dividida pelas vendas em MWh). Desconsiderando-se portanto, a receita de construção, que é parte dos efeitos da adoção do IFRS (*International Financial Report Standard*), Normas Internacionais de Contabilidade, e que não constitui efeito real sobre o resultado operacional da companhia, uma vez que esse mesmo valor aparece no custo de operação, resultando em efeito zero no EBITDA, a receita bruta registrou um expressivo aumento de 16,0%, passando de R\$ 2.381,4 milhões em 2010 para R\$ 2.763,3 milhões em 2011.

O custo do serviço de energia elétrica, composto de energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso de sistema de transmissão e distribuição, totalizou R\$ 916,0 milhões em 2011, o que representa um acréscimo de 1,7% em relação aos R\$ 900,7 milhões de 2010, principalmente devido ao aumento da demanda. O custo de operação foi de R\$ 535,9 milhões em 2011 e R\$ 696,7 milhões em 2010, representando uma redução de 23,1%. Assim como na receita, desconsiderando-se o custo de construção que, como já comentado, não constitui efeito real sobre o resultado operacional da companhia, o custo de operação registrou um aumento de 6,1%, passando de R\$ 235,7 milhões em 2010 para R\$ 250,1 milhões em 2011. Esse aumento reflete apenas a inflação do período que, medida pelo IGPM, foi de 5,1%.

As despesas operacionais registraram um aumento de 16,6%, passando de R\$ 140,5 milhões em 2010 para R\$ 163,7 milhões em 2011, principalmente devido ao item pessoal. Isso se deve ao fato de que o número de pessoal alocado diretamente às obras foi menor em 2011, quando comparado com 2010 e, portanto, uma menor imobilização de parte desses custos.

Em consequência dos resultados comentados acima, o EBITDA da companhia, calculado a partir do resultado do serviço acrescido da amortização, depreciação e perdas na alienação/desativação de bens e direitos e outros resultados não operacionais, aumentou 49,4%, partindo de R\$ 360,7 milhões em 2010 para R\$ 538,7 milhões em 2011.

O resultado financeiro manteve-se estável de 2010 para 2011, passando de uma despesa financeira de R\$ 179,3 milhões em 2010 para uma despesa financeira de R\$ 180,3 milhões em 2011, o que representa uma sensível variação de 0,6%. Face a isso, o lucro líquido da companhia foi de R\$ 146,9 milhões em 2011 e R\$ 18,6 milhões em 2010, influenciado pelo bom resultado operacional da companhia.

Endividamento Financeiro

O saldo da conta empréstimos, financiamentos, debêntures, leasing e encargos de dívida aumentou 3,2%, passando de R\$ 1.258,4 milhões em 2010 para R\$ 1.298,7 milhões em 2011, principalmente devido a 3ª e 4ª emissão de debêntures, a partir de março e outubro de 2011, respectivamente (vide nota explicativa nº 21.3 - Detalhamento das Debêntures). Descontando-se, portanto, o caixa, equivalentes de caixa e sub-rogação CCC, o endividamento financeiro líquido foi de R\$ 1.022,8 milhões em 2011 e R\$ 961,0 milhões em 2010, o que representa um aumento de 6,4% (ou R\$ 61,8 milhões).

Indicadores

A evolução na produtividade da empresa pode ser avaliada pelo quadro abaixo:

	2011	2010	Var. %
Consumidor por empregado.....	573	591	-3,1%
Consumo (MWh) por empregado.....	2.735	2.922	-6,4%
Consumo (MWh) por consumidor.....	4,8	4,9	-3,5%
Receita bruta (R\$ mil) por empregado.....	1.588	1.615	-1,7%
Receita bruta (R\$ mil) por consumidor.....	2,8	2,7	1,4%

Número de consumidores: passou de 1.040.781 em 2010 para 1.100.686 em 2011; Empregados (próprios): de 1.760 para 1.920; Consumo (GWh): de 5.143 para 5.251; Receita bruta (milhões): de R\$ 2.842,4 milhões para R\$ 3.049,1 milhões.

Investimentos

R\$ mil	2011	2010	Var. %
Programa Luz Para Todos	68.666	185.996	-63,1%
Sub-rogação CCC	15.992	31.385	-49,0%
Manutenção e melhorias do sistema	107.095	119.701	-10,5%
Total	191.753	337.082	-43,1%

PROGRAMA LUZ PARA TODOS e PROGRAMA NACIONAL DE UNIVERSALIZAÇÃO: em 2011, a companhia investiu R\$ 68,7 milhões no LPT e UNIVERSALIZAÇÃO, cuja principal característica é possibilitar o acesso e uso da energia elétrica, a todos os cidadãos domiciliados nas áreas urbanas e rurais do Estado. Os recursos para atendimento do LPT são provenientes da Reserva Global de Reversão ("RGR"), Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE") e Fonte Própria.

SUB-ROGAÇÃO CCC: em conformidade com a Resolução ANEEL nº 784 de 24 de dezembro de 2002, e Resolução Autorizativa ANEEL nº 81 de 9 de março de 2004, a companhia foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis DEC, para subsidiar a implantação de projetos que visam a interligação do sistema e desativação da geração térmica. Com esses recursos foram investidos R\$ 16,0 milhões em 2011.

MANUTENÇÃO e MELHORIAS NO SISTEMA são os investimentos líquidos de subsídios, com caixa próprio, e destinado para atendimento do crescimento vegetativo do mercado, manutenção, ampliação e melhorias no sistema elétrico. Esses investimentos totalizaram R\$ 107,1 milhões em 2011.

	2011	2010	Variação p.p	Variação %
DEC acidental.....	24,5	24,9	(0,3)	-1,3%
DEC programa.....	4,7	3,6	1,1	30,3%
FEC	16,3	18,1	(1,7)	-9,6%
FEC	1,9	1,6	0,4	23,1%

O TMA apresentou uma redução de 4,4% em relação ao exercício anterior, devido a uma melhor manutenção preventiva dos alimentadores, o que resultou em diminuição do número de Ordens de Serviços (OS's) durante o período chuvoso.

Atendimento aos Clientes

Em 2011, a CEMAT continuou aprimorando seus canais de atendimento, *call center*, com o transbordo das ligações para a Rede Serviços (companhia controlada pela REDE ENERGIA S.A.) e ampliação da capacidade de atendimento das ligações atendidas pelo telefone 0800 64 64 196, além da reforma e melhora na estrutura das instalações CAC CEMAT.

As principais ações implementadas em 2011, com o objetivo de aprimorar os canais de atendimento, são as seguintes:

- Na Ouvidoria foi implantado um sistema de PABX com recepcionista eletrônica para um pré-atendimento;
- Processo de leitura dos medidores com impressão simultânea da fatura tornando o processo mais econômico, transparente e ágil;
- Foram disponibilizados novos serviços na Agência Web totalizando 1,9 milhão de atendimentos em 2011;
- Foram abertas 77 agências próprias em municípios que possuem entre 2 e 10 mil unidades consumidoras e 43 postos de atendimento em municípios com até 2 mil unidades consumidoras;
- Em agosto a CEMAT ampliou o serviço Fale Conosco que é um sistema eletrônico de atendimento através de e-mail. Em 2011, foram realizados 2,1 mil atendimentos via Fale Conosco.
- Em setembro foi implantado um novo canal de atendimento, o serviço de mensagem pelo celular SMS, ofertando os seguintes serviços: (i) comunicação sobre *falta de energia*; (ii) solicitação de informação sobre *conta de luz* e (iii) pedido de religação. Nos quatro primeiros meses já ocorreram 62,2 mil acessos.
- A CEMAT aprimorou o contato direto com o PROCON através dos atendimentos da Linha Direta. Com esse canal é possível atender as reclamações e solicitações dos clientes, mediados pelos conciliadores do PROCON, de forma eficiente.
- Em Outubro de 2011 a CEMAT foi certificada nos processos de tratamento das reclamações, cumprindo os requisitos em conformidades com a Resolução 414/2010 e a ABNT NBR ISO 10.002:2005. No ano de 2011, recebemos 99 mil reclamações, 0,8% do total de clientes, sendo que 38,0% foram classificadas como procedentes.

Ambiente Regulatório

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 1131, de 5 de abril de 2011, com vigência a partir de 08 de abril de 2011, fixou o Reajuste Tarifário Anual da CEMAT. Com isso, as tarifas foram, em média, reajustadas em 18,06%, sendo 10,98% relativos ao reajuste tarifário anual econômico e 7,08% referentes aos componentes financeiros pertinentes, correspondendo a um efeito médio de 12,89% a ser percebido pelos consumidores cativos.

Responsabilidade Socioambiental

Baseada na Política de Sustentabilidade de sua controladora, REDE ENERGIA, a CEMAT investiu em projetos socioambientais para promover o desenvolvimento regional, a geração de renda, o esporte e a educação. Alguns exemplos são:

- Apoio ao Instituto Ethos e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ONU);
- Projeto Luz em Conta: beneficiou cerca de 8,5 mil famílias de baixa renda com a troca gratuita de geladeiras, bem como a substituição de lâmpadas de alto consumo por outras novas e mais eficientes;
- Apoio à publicação de livros infanto-juvenis para ser distribuídos a escolas públicas;
- Palestras sobre o uso consciente e seguro da energia elétrica;
- Apoio ao movimento Todos pela Educação;
- Projeto Vale-Luz: continuidade da parceria entre o governo de Mato Grosso e diversas empresas privadas do Estado, incentivando a troca de lixo reciclável (plástico e alumínio) por bônus que podem ser usados no pagamento da conta de luz.
- Programa Siminha: o programa que atende a mais de 1,5 mil meninas de 7 a 14 anos, em situação de vulnerabilidade social, em Cuiabá, recebeu o apoio da CEMAT pelo quarto ano consecutivo. As meninas recebem reforço pedagógico e aulas complementares de balé, teatro, artesanato e outros, com resultados expressivos na redução dos índices de reprovação e escolar e gravidez na adolescência, entre outros. O apoio é realizado por meio do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Benefícios aos Colaboradores

Os benefícios oferecidos pela companhia visam a qualidade de vida, bem estar e a valorização de seus colaboradores. A companhia oferece assistência médica e odontológica com ampla rede credenciada; vales alimentação e refeição; transporte; auxílio creche; previdência privada; seguro de vida; bolsa de estudo; e programa de participação nos resultados, importante ferramenta de gestão estratégica. A CEMAT respeita os direitos fundamentais de seus profissionais, propiciando excelente condição de trabalho, dentro de um ambiente saudável, tornando-os altamente capacitados para um mercado cada vez mais competitivo.

Evento Subsequente

Em 28 de fevereiro de 2012, a CELPA (uma das subsidiárias da REDE ENERGIA), ajuizou pedido de Recuperação Judicial, nos termos da Lei nº 11.101/2005 (Lei de Recuperação). O processamento da Recuperação Judicial foi deferido em 29 de fevereiro de 2012.

O ajuizamento do pedido de recuperação representa o exercício regular de um direito da CELPA garantido por lei e não configura, nos termos dos contratos de concessão vigentes, causa contratualmente prevista para a extinção da concessão da CELPA. O ajuizamento da recuperação judicial pela CELPA consta de determinados contratos de financiamento como hipótese de vencimento antecipado das dívidas correspondentes. A administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores, entende que os efeitos das referidas cláusulas de vencimento antecipado (ou cruzado - *cross default*) tende a ser mitigado de modo significativo em todos os casos em que houver efetivo adimplemento das obrigações pecuniárias por parte do respectivo devedor ou garantidor, conforme o caso. As administrações da CELPA e da Companhia contrataram assessores financeiros especializados para conduzir os processos de negociação com os credores da CELPA e do Grupo de modo geral (Rothschild), bem como assessores jurídicos para representação dos interesses da Companhia e das empresas do grupo nesse mesmo processo de reestruturação. A expectativa da administração da Companhia é a de que o processo de recuperação judicial permitirá viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira da CELPA, com a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, em benefício de todas as sociedades do grupo.

Auditores Independentes

Os serviços executados pelos auditores externos, ao longo do exercício social, referem-se somente à auditoria das Demonstrações Financeiras.

Agradecimentos

Nossos agradecimentos aos Acionistas, Clientes, Governos Federal, Estadual e Municipais, fornecedores e prestadores de serviços e, em especial aos nossos colaboradores pela dedicação em mais este ano de realizações.

Declaração da Diretoria

De acordo com o artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras ora apresentadas. Com relação ao Relatório dos Auditores Independentes, a Diretoria declara que discorda das razões pelas quais os Auditores decidiram por se abster de apresentar sua opinião de auditoria, pelas razões e fundamentos registradas na Reunião do Conselho de Administração que aprovou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

BALANÇOS SOCIAIS**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (NÃO AUDITADOS)**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2011			31/12/2010		
	RS	FPB	% sobre RL	RS	FPB	% sobre RL
1. Base de cálculo						
Receita Líquida (RL).....	2.009.768			1.956.588		
Resultado Operacional (RO).....	213.824			39.402		
Folha de Pagamento Bruta (FPB).....	140.638			84.685		
	RS	FPB	% sobre RL	RS	FPB	% sobre RL
2. Indicadores sociais Internos						
Alimentação.....	12.658	9,0	0,6	10.317	12,2	0,5
Encargos sociais compulsórios.....	31.008	22,0	1,5	14.359	17,0	0,7
Previdência privada.....	2.690	1,9	0,1	1.661	2,0	0,1
Saúde.....	5.432	3,9	0,3	4.571	5,4	0,2
Segurança e medicina no trabalho.....	911	0,6	0,0	345	0,4	0,0
Educação.....	2	0,0	0,0	294	0,3	0,0
Capacitação e desenvolvimento profissional.....	-	0,0	0,0	180	0,2	0,0
Auxílio-creche.....	177	0,1	0,0	149	0,2	0,0
Participação dos empregados nos lucros ou resultados.....	6.850	4,9	0,3	3.814	4,5	0,2
Participação dos administradores no resultado.....	-	0,0	0,0	-	0,0	0,0
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária.....	-	0,0	0,0	181	0,2	0,0
Vale-transporte - excedente.....	274	0,2	0,0	678	0,8	0,0
Outros benefícios.....	233	0,2	0,0	464	0,5	0,0
Total indicadores sociais internos.....	60.235	42,8	2,8	37.013	43,7	1,7
	RS	RO	% sobre RL	RS	RO	% sobre RL
3. Indicadores Sociais Externos						
Educação.....	-	0,0	0,0	-	0,0	0,0
Cultura.....	175	0,1	0,0	328	0,8	0,0
Saúde e saneamento.....	-	0,0	0,0	-	0,0	0,0
Esporte e lazer.....	-	0,0	0,0	45	0,1	0,0
Combate à fome e segurança alimentar.....	-	0,0	0,0	-	0,0	0,0
Doações/contribuições.....	467	0,2	0,0	986	2,5	0,1
Subtotal.....	642	0,3	0,0	1.359	3,4	0,1
Programas Sociais:						
Programa Nacional de Universalização - Luz para Todos.....	68.666	32,1	3,4	185.996	472,0	9,5
Total de contribuições para a sociedade.....	69.308	32,4	3,4	187.355	475,4	9,6
Tributos (excluídos encargos sociais).....	911.872	426,4	45,4	761.661	1.933,1	38,9
Total indicadores sociais externos.....	981.180	458,8	48,8	949.016	2.408,5	48,5
	RS	RO	% sobre RL	RS	RO	% sobre RL
4. Indicadores Ambientais						
Estação ecológica - Fauna/Flora.....	1.121	0,5	0,1	2.762	7,0	0,1
Total de indicadores ambientais.....	1.121	0,5	0,1	2.762	7,0	0,1
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa						
Fundo Nacional de Desenv. Científico e Tecnológico - FNDCT.....	3.185	1,5	0,2	2.977	7,6	0,2
Estudo de Pesquisa Energética - EPE (MME).....	1.593	0,7	0,1	1.488	3,8	0,1
Programa de Eficiência Energética - PEE.....	7.964	3,7	0,4	7.361	18,7	0,4
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D.....	3.185	1,5	0,2	2.982	7,6	0,2
Total de investimentos relacionados com a prod./operação da empresa.....	15.927	7,4	0,9	14.808	37,7	0,9
Total de indicadores ambientais e invest. relac. com a prod./op.da empresa.....	17.048	7,9	1,0	17.570	44,7	1,0

	31/12/2011			31/12/2010		
	RS	RO	% sobre RL	RS	RO	% sobre RL
5. Indicadores do corpo funcional (*)						
Nº de empregados no final do período.....						
Escolaridade dos empregados:						
Superior e pós-graduação.....						
Ensino médio.....						
Ensino fundamental.....						
Faixa etária dos empregados:						
Abaixo de 30 anos.....						
De 30 até 45 anos (inclusive).....						
Acima de 45 anos.....						
Nº de admissões durante o período.....						
Nº de empregados desligados no período.....						
Nº de mulheres que trabalham na empresa.....						
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de mulheres.....						
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de gerentes.....						
Nº de negros que trabalham na empresa.....						
% de cargos gerenciais ocupado por negros em relação ao nº total de negros.....						
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de gerentes.....						
Nº de empregados portadores de deficiência física.....						
Nº de dependentes.....						
Nº de estagiários.....						
Nº de empregados terceirizados/temporários.....						
6. Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial (*)						
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa.....						
Número total de acidentes de trabalho.....						
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empre-gados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empre-gados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empre-gados(as)	(X) todos(as) + CIPA	() direção e gerências	() todos(as) empre-gados(as)	(X) todos(as) + CIPA
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empre-gados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empre-gados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empre-gados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empre-gados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	(X) apóia	() organiza e incentiva	() não se envolverá	(X) apoiará	() organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 2.976	no Procon 4.277	na Justiça 2.390	na empresa 3.273	no Procon 3.849	na Justiça 2.170
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100%	no Procon 96,24%	na Justiça 50%	na empresa 100%	no Procon 98,24%	na Justiça 60%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 31/12/2011: R\$ 1.765.208			Em 31/12/2010: R\$ 1.397.373		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	64,8 % governo	4,6 % colaboradores(as)	66,5 % governo	5,2 % colaboradores(as)		
	2,2 % acionistas	22,3 % terceiros	6,1 % lucros retidos	27,0 % terceiros	0,9 % retido	

7. Outras Informações

a) Nos dados referentes a reclamações e críticas "Na Empresa", foram considerados aqueles que entraram via ouvidoria e, no percentual de críticas atendidas ou solucionadas, considerou-se aquelas que foram atendidas e respondidas ao consumidor.
b) Negros - inclui negros e pardos, homens e mulheres.
c) (*) Informações não auditadas.
Demonstração Complementar ao Relatório da Administração.

BALANÇO PATRIMONIAL**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2011	31/12/2010
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa.....	6	158.896	109.376
Consumidores.....	7	537.718	402.643
Títulos a receber.....	8	8.771	9.028
Rendas a receber.....		7.173	3.516
Tributos a recuperar - Imposto de renda e Contribuição social.....	9	9.048	6.020
Tributos a recuperar - Outros.....	9	26.337	30.395
Estoque.....		17.381	18.890
Serviços em curso.....		36.019	38.028
Aquisição de combustível por conta da CCC.....		-	5.422
Redução de receita - baixa renda.....	11	3.552	3.703
Sub-rogação - CCC.....	12	98.118	22.300
Outros.....	13	23.429	15.826
Total do ativo circulante.....		926.442	665.147
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Consumidores.....	7	143.005	166.638
Títulos a receber.....	8	50.258	49.751
Partes relacionadas.....	14	158.940	100.314
Cauções e depósitos vinculados.....		200	200
Depósitos judiciais.....	26	11.376	10.579
Tributos a recuperar - Imposto de renda e Contribuição social.....	9	6.264	6.156
Tributos a recuperar - Outros.....	9	16.332	20.473
Tributos diferidos.....	10	111.101	133.786
Sub-rogação - CCC.....	12	18.873	165.667
Ativo financeiro - bens da concessão.....	16	436.081	346.770
Outros.....	13	11.925	11.925
Total do realizável a longo prazo.....		964.355	1.012.259
Investimentos.....	15	6.428	6.443
Intangível.....	16	1.649.830	1.618.431
Total do ativo não circulante.....		2.620.613	2.637.133
ATIVO TOTAL.....		3.547.055	3.302.280

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro líquido básico por ação)

	Nota	31/12/2011	31/12/2010
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS.....	30	2.009.768	1.956.588
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Energia elétrica comprada para revenda.....	31	(785.257)	(809.369)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição.....		(130.774)	(91.368)
		(916.031)	(900.737)
CUSTO DE OPERAÇÃO			
Pessoal.....		(44.859)	(45.801)
Material.....		(7.078)	(11.224)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica.....		(11.142)	(18.346)
Serviços de terceiros.....		(74.838)	(75.275)
Depreciação e amortização.....		(123.654)	(116.337)
Subvenção - CCC.....		13.196	17.185
Custo de construção.....		(285.780)	(461.029)
Outros.....		(1.723)	14.112
		(535.878)	(696.715)
TOTAL DO CUSTO DO SERVIÇO PRESTADO.....		(1.451.909)	(1.597.452)
LUCRO BRUTO.....		557.859	359.136
DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS			
Despesas com vendas.....	32	(83.386)	(34.649)
Despesas gerais e administrativas.....	32	(73.254)	(90.891)
Outras receitas operacionais.....	32	2.230	2.940
Outras despesas operacionais.....	32	(9.332)	(17.869)
		(163.742)	(140.469)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO, DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....		394.117	218.667
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras.....	33	212.945	198.354
Despesas financeiras.....	33	(393.220)	(377.619)
		(180.275)	(179.265)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO			
DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....		213.842	39.402
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente.....	10	(42.639)	(3.846)
Diferido.....	10	(24.319)	(16.951)
		(66.958)	(20.797)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....		146.884	18.605
Lucro líquido básico por ação - R\$			
ON.....	34	1,16	0,15
PN.....	34	1,28	0,16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	31/12/2011		31/12/2010	
	(em unidades)		(em unidades)	
Nº de empregados no final do período.....	1.920		1.760	
Escolaridade dos empregados:				
Superior e pós-graduação.....	360		361	
Ensino médio.....	1.444		1.281	
Ensino fundamental.....	116		118	
Faixa etária dos empregados:				
Abaixo de 30 anos.....	652		630	
De 30 até 45 anos (inclusive).....	1.037		889	
Acima de 45 anos.....	231		241	
Nº de admissões durante o período.....	326		273	
Nº de empregados desligados no período.....	166		123	
Nº de mulheres que trabalham na empresa.....	436		402	
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de mulheres.....	3,90%		3,73%	
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de gerentes.....	18,5%		18,1%	
Nº de negros que trabalham na empresa.....	975		833	
% de cargos gerenciais ocupado por negros em relação ao nº total de negros.....	1,13%		0,96%	
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de gerentes.....	12,0%		9,6%	
Nº de empregados portadores de deficiência física.....	90		74	
Nº de dependentes.....	2.870		2.729	
Nº de estagiários.....	57		47	
Nº de empregados terceirizados/temporários.....	1.099		1.166	

	2011			METAS 2012		
	25,53			23,06		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa.....						
Número total de acidentes de trabalho.....		79			73	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção					

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucro	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		28	28		28	
Realização de reserva de reavaliação.....		710.197	249.482	(92.941)	289.267	1.156.005
Tributos sobre realização de reserva de reavaliação		-	-	37.091	(37.091)	-
Lucro líquido do exercício.....		-	-	(12.611)	12.611	-
Destinação do lucro líquido proposta à AGO:						
Juros sobre o capital próprio.....		-	-	(6.000)	-	(6.000)
Absorção de prejuízo.....		-	(55.856)	55.856	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		710.197	193.626	-	264.787	1.168.610
Realização de reserva de reavaliação.....		-	-	33.195	(33.195)	-
Tributos sobre realização de reserva de reavaliação		-	-	(11.286)	11.286	-
Lucro líquido do exercício.....		-	-	146.884	-	146.884
Destinação do lucro líquido proposta à AGO:						
Reserva legal.....		-	7.344	(7.344)	-	-
Dividendos propostos.....		-	-	(15.335)	-	(15.335)
Juros sobre o capital próprio.....		-	-	(23.000)	-	(23.000)
Reserva de investimentos.....		-	123.114	(123.114)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		710.197	324.084	-	242.878	1.277.159

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS - DVA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
1. RECEITAS				
Vendas de energia elétrica e serviços.....	2.758.187	2.365.123		
Perda no valor recuperável.....	22.360	(9.025)		
Resultado na alienação/desativação de bens e direitos	(4.243)	(10.888)		
Receitas relativas à construção de ativos próprios	285.780	461.029		
Outros resultados.....	7.143	14.250		
Total	3.069.227	2.820.489		
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
(Inclui os valores dos impostos ICMS, IPI, PIS e COFINS).....				
Energia elétrica comprada para revenda.....	(916.031)	(900.737)		
Serviços de terceiros.....	(130.520)	(129.696)		
Materiais.....	(15.354)	(16.092)		
Matéria-prima e insumo p/ prod. de energia elétrica.....	(11.142)	(18.346)		
Subvenções de combustível - CCC.....	13.196	17.185		
Outros.....	(323.088)	(451.982)		
Total	(1.382.939)	(1.499.668)		
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	1.686.288	1.320.821		
4. DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO				
Depreciação e amortização.....	(134.025)	(121.802)		
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	1.552.263	1.199.019		
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas financeiras.....	212.945	198.354		
Total	212.945	198.354		
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	1.765.208	1.397.373		
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.765.208	1.397.373		
8.1 - Pessoal	80.384	72.553		
Remunerações.....	80.355	51.644		
FGTS.....	8.203	3.837		
Entidades de previdência privada.....	2.690	1.661		
Programa de Alimentação ao Trabalhador - PAT.....	12.602	9.414		
Convênios assistenciais e outros benefícios.....	5.933	5.692		
Outros.....	6.634	305		
Transferências p/ ordens em curso (imobilizado).....	(36.033)	-		
8.2 - Impostos, taxas e contribuições	1.144.017	929.627		
Governo Federal.....	563.267	418.320		
Governo Estadual.....	579.834	510.637		
Governo Municipal.....	916	670		
8.3 - Remuneração de capitais de terceiros	393.923	376.588		
Encargos de dívidas e variações monetárias.....	214.558	164.252		
Aluguéis e arrendamentos.....	5.845	4.601		
Outras despesas financeiras.....	173.520	207.735		
8.4 - Remuneração de capitais próprios	146.884	18.605		
Dividendos.....	15.335	-		
Juros sobre o capital próprio.....	23.000	6.000		
Lucros retidos.....	108.549	12.605		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT (Companhia ou CEMAT), é uma sociedade por ações de capital aberto, brasileira, com sede na cidade de Cuiabá - MT, atuando na área de distribuição de energia elétrica, além da geração própria por meio de usinas térmicas para o atendimento a sistemas isolados em sua área de concessão legal que abrange todo o Estado de Mato Grosso com 903.358 km², atendendo 1.100.686 consumidores em 141 municípios, tendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A DENERGE Desenvolvimento Energético S.A. é a empresa controladora final do grupo, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com sua sede na cidade de São Paulo - SP.

A Companhia possui significativo endividamento financeiro, principalmente para investimentos em ativos das operações, no qual a Administração está permanentemente empenhada na reversão da situação. Dentre as ações estão: a obtenção de renovação de linhas de crédito com instituições financeiras buscando a troca do endividamento financeiro de curto para longo prazo e redução de encargos; melhorias no sistema e programas de combate a perdas técnicas e não técnicas, com o objetivo de redução de custos e melhoria da qualidade de atendimento nas regiões atendidas pela Companhia.

A Companhia vem buscando alternativas adicionais para melhorar sua estrutura de capitais e reduzir seu endividamento financeiro.

2. DAS CONCESSÕES

Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 03/1997, assinada em 11/12/1997, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 11/12/2027, renovável por igual período.

Além do contrato de distribuição acima mencionado, a Companhia possui Contrato de Concessão de Geração nº 04/1997 de 5 Usinas Termelétricas, com as respectivas subestações associadas, com vencimento em 10/12/2027. De acordo com tais contratos, as concessões nas atividades de geração de energia elétrica da Companhia são as seguintes:

Concessão de usinas térmicas	Capacidade total instalada MW	Capacidade total utilizada MW	Data da concessão	Data de vencimento
Concessão de 5 Usinas Termelétricas, são elas: Colniza, Comodoro, Guariba, Paranoite e Rondolândia.....	13,35	7,26	10/12/1997	10/12/2027

De acordo com o artigo 8º da Lei 10.848/04 de 15/3/2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.163 de 30/7/2004, ficou vedada às concessionárias que atuam na distribuição de energia elétrica, manter atividades de geração no sistema interligado nacional de transmissão. A exceção ficou para os casos de atendimento a sistema elétrico isolados, ou seja, aqueles não ligados ao sistema interligado de transmissão. Embora, possuindo 5 usinas termelétricas próprias no sistema isolado, a principal atividade da Companhia é a distribuição de energia elétrica, e a necessidade da manutenção desses ativos de geração é somente para atendimento dessas comunidades isoladas. Portanto, a administração da Companhia considera seu negócio principal a atividade de distribuição de energia elétrica e a pequena atividade de geração como parte integrante do negócio principal, o que levou a bifurcação de todo ativo imobilizado da concessão em ativo financeiro e ativo intangível visto que o contrato garante o direito de indenização.

Os ativos de geração de energia representam 0,37% de todo ativo financeiro e intangível da concessão da Companhia.

O contrato de concessão assinado com a União Federal confere ampla liberdade na direção de seus negócios, investimentos, pessoal e tecnologia. A Companhia obriga-se a adotar, na prestação do serviço, tecnologia adequada e a empregar equipamentos, instalações e métodos operativos que garantam níveis de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na prestação dos serviços e a modicidade das tarifas. As obrigações inerentes à prestação do serviço público concedido são:

- fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos pontos de entrega definidos nas normas do serviço, pelas tarifas homologadas pela ANEEL, nas condições estabelecidas nos respectivos contratos de fornecimento e nos níveis de qualidade e continuidade estipulados na legislação e nas normas específicas; e
- dar atendimento abrangente ao mercado, sem exclusão das populações de baixa renda e das áreas de baixa densidade populacional, inclusive as rurais.

A concessão para exploração do serviço de distribuição de energia elétrica se extingue:

- pelo advento do termo final do contrato;
- pela encampação do serviço;
- pela caducidade;
- pela rescisão;
- pela anulação decorrente de vício ou irregularidade constatados no procedimento ou no ato de sua outorga; e
- f) em caso de falência ou extinção da concessionária.

Os contratos de concessão (distribuição e geração) contêm cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

2.1. Mecanismo de atualização das tarifas de fornecimento de energia elétrica dos acordos de concessão

A receita requerida anual, que representa a receita necessária para as distribuidoras manterem o equilíbrio econômico-financeiro, é segregada em 2 parcelas para fins de sua determinação:

- Parcela "A": Compreende os custos "não-gerenciáveis" das distribuidoras, ou seja, os custos cujo montante e variância estão fora do controle e influência da Companhia.
- Parcela "B": Compreende os custos "gerenciáveis", que são os custos inerentes as operações de distribuição de energia, estando assim sujeitos ao controle ou influência das práticas de gestão adotadas pela Companhia. Também inclui a remuneração do capital, e também um percentual regulatório de receitas irrecuperáveis.

O contrato de concessão de distribuição de energia da Companhia estabelece a tarifa inicial e, prescreve os seguintes mecanismos de atualização tarifária que ocorrem anualmente em 8 de abril:

- Reajuste tarifário anual: Objetiva restabelecer anualmente o poder de compra da receita obtida pela Companhia. Representa um ajuste referente as flutuações dos custos da Parcela "A" e a inflação (IGP-M) da Parcela "B" decrescido ou acrescido do Fator "X" (meta de eficiência para o próximo período).
- Revisão tarifária extraordinária: Pode ocorrer a qualquer momento quando acontecer um

desequilíbrio econômico-financeiro no acordo de concessão.

- Revisão tarifária periódica: Objetiva analisar, a cada 5 anos, o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. O processo se dá por meio da revisão da receita necessária para cobertura dos custos operacionais eficientes e a remuneração adequada sobre os investimentos realizados com prudência.

A revisão tarifária periódica é aplicável sobre Parcela "B", tendo seu mecanismo conduzido em 2 etapas. Na primeira etapa, o chamado reposicionamento tarifário, que se baseia na definição da parcela da receita necessária para cobrir os custos operacionais eficientes, dado um nível de qualidade do serviço e uma remuneração sobre os investimentos realizados com prudência. A segunda etapa consiste no cálculo do Fator "X", que estabelece metas de eficiência para o próximo período.

Segue abaixo o quadro ilustrativo com os componentes da receita requerida:

Parcela "A"	Parcela "B"
Encargos setoriais	Receita irrecuperável
Reserva Global de Reversão - RGR (a)	
Conta de Consumo Combustível - CCC (b)	
Taxa de fiscalização - TFSEE (c)	
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia - PROINFA (d)	
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (e)	
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética (f)	
Operador Nacional do Sistema (ONS)	
Encargos de transmissão	Despesas de capital
Uso das instalações de transmissão	Cotas de depreciação (h)
Uso das instalações de conexão	Remuneração do capital (i)
Uso das instalações de distribuição	
Transporte de energia proveniente de Itaipu	
Compra de energia elétrica para revenda	
Contratos bilaterais de longo prazo e leilões	
Energia de Itaipu	
Contratos iniciais	

(a) Encargo pago mensalmente, no montante anual equivalente a 2,5% dos investimentos efetuados pela Companhia em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitando-se a 3% da receita anual. Tem finalidade principal de prover recursos para reversão/encampação dos serviços de energia elétrica, não se limitando a esses objetivos.

(b) Encargo que visa cobrir os custos anuais de geração termelétrica, cujo montante anual é fixado para cada empresa em função do seu mercado e necessidade do uso das usinas termelétricas.

(c) Encargo que tem a finalidade de constituir a receita da ANEEL para cobertura de suas despesas administrativas e operacionais. Este é fixado anualmente e pago mensalmente.

(d) Encargo para cobertura dos custos da energia elétrica produzida por empreendedores de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes edáficas, pequenas centrais elétricas e biomassa. Calculado anualmente pela ANEEL, e pago mensalmente pela Companhia.

(e) Encargo com finalidade de prover recursos para o desenvolvimento e competitividade energética dos estados, bem como, a universalização do serviço de energia elétrica. Seu valor é fixado anualmente pela ANEEL.

(f) Referente à aplicação de 1% da receita operacional líquida anual, sendo no mínimo 0,75% em pesquisa e desenvolvimento e 0,25% em eficiência energética no setor elétrico.

(g) Refere-se à parcela da receita destinada à cobertura dos custos diretamente vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

(h) Representa à parcela da receita necessária à formação dos recursos financeiros destinados à recomposição dos investimentos realizados.

(i) É a parcela da receita necessária para promover rendimento do capital investido na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

A energia distribuída é substancialmente adquirida via contratos bilaterais aprovados pela ANEEL, bem como a energia proveniente de leilões efetuados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL/Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, vinculados ao Ministério de Minas e Energia - MME. Seu parque gerador, composto por usinas termelétricas localizadas em sistemas isolados, contribui com aproximadamente 0,27% da totalidade da energia distribuída.

Para a prestação dos serviços, objeto das concessões acima mencionadas, a Companhia possui um quadro próprio de 1920 funcionários, 1.099 prestadores de serviços e 57 estagiários, em 31/12/2011.

3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1. Bases de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade (com relação as práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), as quais abrangem a legislação societária brasileira, as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e normas aplicáveis às concessionárias de serviço público de energia elétrica, definidas pelo poder concedente, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente "CPCs") emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) adotados no Brasil e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Autorização de emissão das demonstrações financeiras

A autorização para emissão das demonstrações financeiras ocorreu na reunião da Diretoria em 13/3/2012.

3.2. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adota-

das no Brasil requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações financeiras. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações financeiras, bem como na experiência da Administração. As estimativas são revisadas continuamente e quando novas informações se tornam disponíveis ou as situações em que estavam baseadas se alterem. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As estimativas podem vir a divergir para o resultado real. As principais estimativas se referem:

- Provisões;
- Perda no valor recuperável;
- Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Ativo financeiro - bens da concessão;
- Vida útil de ativo intangível;
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, inclusive derivativos;
- Passivos contingentes; e
- Planos de pensão.

3.3. Gestão do Capital

A Companhia busca alternativas de capital com o objetivo de satisfazer as suas necessidades operacionais, objetivando uma estrutura de capital que leve em consideração parâmetros adequados para os custos financeiros, os prazos de vencimento das captações e suas garantias.

A Companhia acompanha seu grau de alavancagem financeira, o qual corresponde a dívida líquida, incluindo empréstimos de curto e longo prazo, dividida pelo capital total. Informações pertinentes aos riscos inerentes a operação da Companhia e a utilização de instrumentos financeiros para dirimir esses riscos, bem como as políticas e riscos relacionados aos instrumentos financeiros, estão descritos na nota explicativa nº 22.

3.4. Reclassificação das demonstrações financeiras

O balanço patrimonial do exercício findo em 31/12/2010, foi reclassificado, para fins de comparabilidade, conforme segue:

	Saldo publicado	Reclassificação	Saldo reclassificado
ATIVO CIRCULANTE			

Consumidores (a)..... 402.327 316 402.643

Títulos a receber (a)..... 9.344 (316) 9.028

Total do circulante..... 665.147 - 665.147

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Realizável a longo prazo

Cauções e Depósitos Vinculados (b)..... 26.249 (26.049) 200

Total do realizável a longo prazo..... 1.038.308 (26.049) 1.012.259

Total do ativo não circulante..... 2.663.182 (26.049) 2.637.133

TOTAL DO ATIVO..... 3.328.329 (26.049) 3.302.280

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Empréstimos e Financiamentos (b)..... 663.985 (58.280) 605.705

Financiamento por arrendamento mercantil (b)..... - 32.231 32.231

Total do passivo não circulante..... 1.273.468 (26.049) 1.247.419

TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO..... 3.328.329 (26.049) 3.302.280

(a) Reclassificação de parte de perda do valor recuperável da rubrica "Consumidores" para "Títulos a Receber" para melhor apresentação do saldo.

(b) As cauções e depósitos vinculados foram considerados como redutores dos respectivos empréstimos e financiamentos, conforme pronunciamento CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, § 42.

3.5. Divulgação das demonstrações financeiras regulatórias

Conforme requerido pela Resolução Normativa ANEEL nº 396/2010, as demonstrações financeiras regulatórias estarão disponibilizadas no sítio eletrônico da Companhia (www.redenergia.com) no link "Investidores", a partir de 30/4/2012.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

Ativos e passivos financeiros:

a. Reconhecimento e Mensuração: A Companhia reconhece os instrumentos financeiros nas suas demonstrações financeiras quando, e apenas quando, ela se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, e após o reconhecimento inicial, a Companhia mensura os ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, somados aos custos de transação que sejam diretamente atribuídos à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro, pelo custo pelo custo amortizado, quando esses instrumentos financeiros são classificados de acordo com sua data de liquidação (Mantidos até o vencimento, Empréstimos e Recebíveis).

b. Classificação: A Companhia classifica os ativos e passivos financeiros sob as seguintes categorias: (i) Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado, (ii) Mantidos até o vencimento e (iii) Empréstimos

midores finais, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados pela CCEE

Perda no valor recuperável (impairment): Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e quando um evento subsequente indica reversão da perda, a diminuição é revertida e registrada no resultado.

a. Ativos financeiros: Constituída após avaliação sobre a existência de evidência objetiva acerca da possibilidade de perda no valor recuperável de recebíveis. Tal evidência é advinda de eventos ocorridos após o reconhecimento do ativo que afetem o fluxo de caixa futuro estimado, tendo como base a experiência da Administração. A análise sobre a evidência é feita individualmente para casos mais significativos e coletivamente para os demais casos.

b. Ativos não financeiros: Todo final de período a Companhia avalia se existem evidências objetivas de que os ativos da concessão, estejam desvalorizados, sendo levado em conta fatores internos e externos. Caso existam evidências, o teste de recuperabilidade econômica é realizado. Ativos intangíveis com vida útil indefinida e, ainda os não disponíveis para uso são testados anualmente, sempre na mesma data, independente da existência de evidências.

A Companhia utiliza o valor em uso como métrica de cálculo do valor recuperável, pois em sua maioria, os testes de recuperabilidade são realizados no nível de concessão, onde esta representa a menor unidade geradora de caixa. As projeções do fluxo de caixa se baseiam nos orçamentos e planos de negócios aprovadas pela Companhia para um período de 5 anos, posteriormente são utilizadas taxas constantes. A taxa de desconto utilizada é de 12,81%, que representa o WACC real setorial.

Ajuste a Valor Presente: Os ativos e passivos de longo prazo, bem como, os de curto prazo caso relevante, são ajustados a valor presente. Os principais efeitos apurados estão relacionados com as rubricas "Consumidores" e "Tributos a Recuperar". As taxas de descontos refletem as taxas utilizadas para riscos e prazos semelhantes aos utilizados pelo mercado, equivalente a 12,81%, que representa o WACC real setorial.

Estoque (inclusive do ativo intangível em curso): Os materiais em estoque classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativos) e aqueles destinados a investimento classificados no ativo intangível em curso (depósito de obra) estão registrados ao custo médio de aquisição.

Investimentos: Inclui propriedades para investimentos que representam os bens não utilizados no objetivo da concessão, mantidos para valorização ou renda. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial e subsequentemente ao valor justo. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Intangível: Incluem o direito de uso dos bens integrantes dos contratos de concessão até o final da concessão. A amortização reflete o padrão de consumo dos bens em relação aos benefícios econômicos esperados dentro do prazo da concessão e é reconhecida na rubrica de Custo de Operação e Despesas Operacionais.

Contratos de concessão: Os contratos de concessão são reconhecidos como ativo intangível e ativo financeiro. O valor do ativo intangível dos contratos de concessões representa o custo amortizado dos bens que compõem a concessão, limitados ao final da concessão. Tais ativos são mensurados pelo valor reavaliado em agosto de 2001, com revisão em maio de 2005, exceto para os grupos de automóveis, caminhões e móveis e utensílios. O custo compreende o preço de aquisição (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela Administração. A amortização do ativo intangível dos contratos de concessão representa a depreciação regulatória dos bens individuais. Os ativos intangíveis dos contratos de concessões têm o seu valor testado para perda de recuperabilidade econômica, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A amortização é reconhecida na rubrica de Custo de Operação e Despesas Operacionais. O ativo financeiro refere-se aos investimentos realizados e previstos no contrato de concessão e não amortizados até o final da concessão por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e a Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de concessão. Ele é reconhecido pelo custo residual não amortizado e o valor somente é alterado por meio de atualizações, adições, baixas e transferências, ao longo do prazo de concessão.

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica: Representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimento no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão. Essas obrigações estão registradas em grupo específico no passivo não circulante, e estão sendo apresentadas como dedução do Ativo Financeiro e Ativo Intangível da concessão, dadas suas características de aporte financeiro com fins específicos de financiamentos para obras.

Subvenção e assistência governamental: A partir de 1/1/2008, as subvenções governamentais, se recebidas, serão reconhecidas como receita ao longo do período, confrontadas com as despesas que pretende compensar em uma base sistemática. Os valores a serem apropriados no resultado serão destinados a Reserva de Incentivos Fiscais. Atualmente a Companhia não possui subvenções e assistências governamentais.

Reserva de reavaliação (Outros resultados abrangentes): A sua realização se dá em proporção à amortização, e alienação dos bens integrantes da concessão, sendo transferida para a conta de lucros acumulados, líquida dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social. A Companhia optou por manter os saldos existentes das reservas de reavaliação até a sua efetiva realização, conforme permitido no art. 6º da Lei nº 11.638/2007.

Arrendamento mercantil: Os arrendamentos mercantis são segregados entre os operacionais e os financeiros. Quando o arrendamento é classificado como financeiro, ou seja, seus riscos e benefícios são transferidos, este é reconhecido como um ativo e mensurado inicialmente pelo seu valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos, entre eles o menor, e depreciados normalmente. O passivo subjacente é amortizado utilizando a taxa efetiva de juros. Quando o arrendamento é classificado como operacional, ou seja, seus riscos e benefícios não são transferidos, os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

Empréstimos, financiamentos e debêntures: Estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial, juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data de encerramento do balanço. Os custos de transação estão deduzidos dos empréstimos/financiamentos correspondentes. Esses ajustes são apropriados ao resultado pela taxa efetiva de juros do período em despesas financeiras, exceto pela parte apropriada ao custo do ativo intangível em curso.

Transações em moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconhecidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconhecidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

Instrumentos Financeiros - derivativos: A Companhia firmou contratos derivativos com o objetivo de administrar os riscos associados a variações nas taxas cambiais e de juros. Os referidos contratos derivativos são contabilizados pelo regime de competência e estão mensurados a valor justo por meio de resultados. Os diferenciais a receber e a pagar referentes aos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados em contas patrimoniais de "Outros Ativos (diferencial a receber) e Operações de Swap (diferencial a pagar)" e o resultado apurado na conta "Outras Receitas e Despesas Financeiras (resultado) e/ou Intangível em Curso (quando da construção do imobilizado operacional da concessão). Os ganhos e perdas auferidos ou incorridos em função do valor justo desses contratos são reconhecidos como ajustes em receitas ou despesas financeiras. Os contratos derivativos da Companhia são, em sua maioria, com instituições financeiras de grande porte e que apresentam grande experiência com instrumentos financeiros dessa natureza. A Companhia não tem contratos derivativos com fins especulativos.

Valor justo: É a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. A hierarquia do valor justo deve ter os seguintes níveis:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2: *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3: *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Custo de empréstimos: Compreendem os juros e outros custos incorridos em conexão com empréstimos de recursos para aquisição, construção ou produção de um ativo, que leve um período substancial de tempo para ficar pronto para seu uso pretendido. Esses custos começam a ser capitalizados quando a Companhia incorre em gastos, custos de empréstimos e as atividades de construção estejam iniciadas, cessando quando substancialmente todas as atividades necessárias estiverem completas. Para empréstimos específicos, o montante capitalizado é o efetivamente incorrido sobre tais empréstimos durante o período, deduzidos de qualquer receita financeira decorrente do investimento temporário dos mesmos. Para empréstimos genéricos, aplica-se a taxa ponderada dos respectivos custos sobre o saldo vigente, aplicando esta taxa sobre o valor do ativo em construção, sendo esta capitalização limitada ao valor recuperável do ativo.

Provisões para contingências: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de um evento passado, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável sendo provável uma saída de recursos. O montante da provisão reconhecida é a melhor estimativa da Administração e dos assessores legais, baseados em pareceres jurídicos sobre os processos existentes e do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço. Quando a provisão envolve uma grande população, a obrigação é estimada ponderando todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas. Para uma obrigação única a mensuração se baseia no desfecho mais provável.

Outros direitos e obrigações: Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes, que estão sujeitos a variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais, são atualizados com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores na data das demonstrações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base no lucro tributável e na base de cálculo da contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes na data do balanço. Sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são constituídos impostos diferidos. Os ativos e passivos diferidos são registrados nos ativos e passivos não circulantes. Os impostos diferidos serão realizados com base nas alíquotas que se espera serem aplicáveis no período que o ativo será realizado ou, o passivo liquidado. Tais ativos e passivos não são descontados a valor presente. Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social podem ser compensados anualmente, observando-se o limite de até 30% do lucro tributável para o exercício. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. De acordo com o art. 15 da Lei 11.941/2009, que instituiu o Regime Tributário de Transição ("RTT") de apuração do Lucro Real, a Companhia considerou a opção pelo RTT aplicável ao biênio 2008-2009, por meio do envio da Declaração de Imposto de Renda da Pessoa

Jurídica - DIPJ 2009, relativo ao ano-calendário de 2008. A partir do ano-calendário de 2010, a adoção ao RTT passou a ser obrigatória.

Plano de aposentadoria e pensão: A Companhia possui plano de aposentadoria e pensão, sendo este contabilizado conforme sua classificação, contribuição definida ou benefício definido. O plano de contribuição definida é aquele que a Companhia paga contribuições fixas a uma entidade separada, não tendo a obrigação legal ou não formalizada de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos. Já o de benefício definido compreende todos os planos que não sejam classificados como contribuição definida.

A contribuição da Companhia para o plano de contribuição definida é reconhecida na demonstração do resultado como custo e/ou despesa com pessoal, sendo que nenhum ativo ou passivo é reconhecido.

O plano de benefício definido tem sua contabilização baseada em avaliações atuárias sendo o valor presente das obrigações calculado pelo Método Unitário Projetado. A Companhia se utiliza de atuários qualificados independentes anualmente.

Receita líquida de vendas: As receitas de fornecimento de energia elétrica são mensuradas com base no regime de competência, sendo reconhecida no momento em que os riscos e benefícios são transferidos, ou seja, no momento da entrega da energia. Assim, inclui a quantificação estimada do fornecimento de energia elétrica da última medição (emissão fatura) até o encerramento das demonstrações financeiras.

Registro das operações de compra e venda de energia na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica: As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil pela CCEE, os valores são estimados pela Administração da Companhia, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

Receita e custo de construção: O custo de construção das obras relativas a distribuição de energia elétrica, é baseado na porcentagem completada da obra, sendo determinada com base nos custos incorridos até a data. Não existe margem de lucro, assim a receita de construção é igual ao custo de construção.

Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente encargos, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado. Os custos dos empréstimos são reconhecidos no resultado por meio do método de juros efetivos.

Informações sobre quantidade de ações e resultado por ação: O resultado básico por ação deve ser calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do exercício (o numerador) pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas, menos as mantidas em tesouraria (denominador).

Demonstrações de valor adicionado: A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

Novas normas e interpretações ainda não adotadas: Diversas normas, emendas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB (*International Accounting Standards Board*) ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31/12/2011, sendo elas:

- Emenda da IAS 01 - Apresentação das Demonstrações Contábeis (CPC 26 - R1): Conceitos e forma de apresentação dos resultados abrangentes. Vigência 1/7/2012;
- Emenda da IAS 12 - Tributos sobre o lucro (CPC 32): Recuperação de ativos mensurados pelo valor justo. Vigência 1/1/2012;
- Emenda da IAS 19 - Benefícios a empregados (CPC 33): Ganhos e perdas atuárias imediatamente reconhecidas em outros resultados abrangentes. Vigência 1/1/2013;
- Emenda da IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (CPC 36 - R2): Estabelece a contabilização e divulgação de investimentos em subsidiárias, *joint ventures*, e coligadas quando uma entidade optar, ou for exigida pelos regulamentos locais, apresentar demonstrações financeiras separadas. Vigência em 1/1/2013;
- Emenda da IAS 28 - Investimento em Coligada e em Controlada (CPC 18): Prescreve a contabilização de investimentos em associadas e estabelece os requisitos para a aplicação do método de equivalência patrimonial quando contabilização de investimentos em coligadas e *joint ventures*. Vigência 1/1/2013;

- Emenda da IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação (CPC 39): Apresentar requerimentos para compensação de ativos financeiros e passivos financeiros. Vigência 1/1/2014;

- Emenda da IFRS 7 (emitida em outubro/2010) - Instrumentos financeiros: Evidenciação (CPC 40): Divulgação das informações que permitam aos usuários entender a relação entre os ativos financeiros transferidos que não são desreconhecidos na sua totalidade e os passivos associados e avaliar a natureza e os riscos associados com o envolvimento contínuo da entidade com o ativo financeiro desreconhecido. Vigência 1/7/2011;
- Emenda da IFRS 7 (emitida em dezembro/2011) - Instrumentos financeiros: Evidenciação (CPC 40): Estabelece novas divulgações a respeito de compensação de saldos de ativos e passivos financeiros. Vigência 1/1/2013;
- IFRS 9 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração (CPC 38): Mantém mas simplifica o modelo de mensuração mista e estabelece duas categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. Vigência 1/1/2015;
- IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas: Modelo único a ser aplicado na análise de controle para todas as investidas. Vigência 1/1/2013;
- IFRS 11 - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto: É extraído da IAS 31 (CPC 19) as entidades controladas em conjunto, em que, embora haja veículos separados, essa separação não é efetiva por alguma razão; e, as entidades que não se enquadram como uma operação conjunta, deverão ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial e não é mais permitida a consolidação proporcional. Vigência 1/1/2013;

- IFRS 12 - Divulgação de investimentos em outras entidades: Requerimentos de divulgação para entidades que possuem participações em subsidiárias, *joint arrangements*, coligadas e/ou entidades não consolidadas. Vigência 1/1/2013;
- IFRS 13 - Mensuração do valor justo: Estabelece critérios de mensuração e divulgação do valor justo quando for requerido ou permitido por outros IFRS. Vigência 1/1/2013;

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos ou revisões equivalentes às IFRS/IAS acima citadas. A adoção antecipada destes pronunciamentos está condicionada a aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Companhia não estimou a extensão do impacto destas novas normas em suas demonstrações financeiras.

Reclassificações e correções: Algumas reclassificações e correções foram efetuadas

7.1. Consumidores

Classe de consumidores	Saldos vencidos				Total		
	Saldos vencidos	até 90 dias	de 91 até 360 dias	mais de 361 dias	Total	31/12/2011	31/12/2010
Circulante							
Residencial.....	74.635	49.739	8.021	24.178	81.938	156.573	131.090
Industrial.....	49.818	13.711	6.624	11.153	31.488	81.306	75.849
Comércio, serviços e outras atividades.....	53.466	21.860	3.889	15.047	40.796	94.262	78.779
Rural.....	23.152	7.203	1.562	3.617	12.382	35.534	23.090
Poder público:							
Federal.....	1.566	1.477	17	301	1.795	3.361	3.022
Estadual.....	6.280	654	32	26	7.12	6.992	3.879
Municipal.....	10.905	5.231	2.021	23.295	30.547	41.452	37.968
Iluminação pública.....	5.549	1.225	62	10.542	11.829	17.378	17.050
Serviço público.....	13.404	11.373	10.809	53.041	75.223	88.627	66.897
(-) Ajuste a valor presente (c).....	(107)	-	-	-	-	(107)	(61)
Redução de tarifa irrigação e aquicultura (b).....	504	-	-	-	-	504	1.531
Redução de uso do sistema de distribuição.....	19.206	-	-	-	-	19.206	475
Subtotal - Consumidores.....	258.378	112.473	33.037	141.200	286.710	545.088	439.569
Participação financeira do consumidor.....	1.518	140	2	180	322	1.840	1.649
Comercialização na CCEE (a).....	7.727	-	-	-	-	7.727	291
Programa emergencial de redução do consumo.....	-	-	-	162	162	162	289
Encargos de capacidade emergencial.....	-	-	-	2.258	2.258	2.258	2.392
Concessionários/permissionários.....	746	-	-	-	746	746	-
Encargos de uso da rede elétrica.....	2.433	-	-	-	2.433	2.682	-
Outros.....	2.175	3.116	892	3.125	7.133	9.308	9.229
Total.....	272.977	115.729	33.931	146.925	296.585	569.562	456.847
Não circulante							
Consumidores.....	79.326	-	-	-	-	79.326	93.381
(-) Ajuste a valor presente (c).....	(1.234)	-	-	-	-	(1.234)	(1.119)
Participação financeira do consumidor.....	39.553	-	-	-	-	39.553	48.090
Comercialização na CCEE (a).....	5.796	-	-	-	-	5.796	2.962
Redução de tarifa irrigação e aquicultura (b).....	1.964	-	-	-	-	1.964	-
Redução de uso do sistema de distribuição.....	16.360	-	-	-	-	16.360	21.952
Outros.....	1.240	-	-	-	-	1.240	1.372
Total.....	143.005	-	-	-	-	143.005	166.638

Do valor total de contas a receber em 31/12/2011, R\$ 137.476 (R\$ 139.432 em 31/12/2010) se referem a renegociações.

(a) Comercialização na CCEE

O saldo da conta de consumidores incluí o registro dos valores referentes à comercialização de energia no circulante e não circulante, no montante de R\$ 13.523, com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE até o mês de dezembro de 2011. De acordo com a Resolução ANEEL nº 552, de 14/10/2002, os valores das transações de energia de curto prazo não liquidadas nas datas programadas deverão ser negociados bilateralmente entre os agentes de mercado.

As operações de compra e venda de energia elétrica praticadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, após os ajustes divulgados pela CCEE, tiveram seu processo de liquidação concluído em julho de 2003. As demais operações de compra e venda de energia elétrica praticadas até dezembro de 2011, estão sendo liquidadas mensalmente.

Os valores da energia no curto prazo e da energia livre estão sujeitos à modificação dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movidos por determinadas empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado em vigor.

(b) Subsídio à Irrigantes

A Resolução Normativa nº 540, de 1/10/2002, implementou a Lei nº 10.438, de 26/4/2002, que estendeu os descontos especiais nas tarifas de energia elétrica de irrigantes ao consumo verificado no horário compreendido entre 21h30 e 6h do dia seguinte. Esse dispositivo legal ampliou o horário estabelecido na Portaria DNAEE nº 105, de 3/4/1992, das 23h às 5h do dia seguinte, em que eram concedidos descontos especiais para consumidores do Grupo A (alta tensão) e do Grupo B (baixa tensão). A Resolução Normativa nº 207, de 9/1/2006, que "estabelece os procedimentos para aplicação de descontos especiais na tarifa de fornecimento relativa ao consumo de energia elétrica das atividades de irrigação e na aquicultura", dispôs no artigo 6º que "o valor financeiro resultante dos descontos estabelecido nesta Resolução configura direito da concessionária ser compensada no primeiro reajuste ou revisão tarifária após a correspondente apuração".

	Circulante	Não circulante
Saldo em 31/12/2010.....	1.531	-
Apropriado no período.....	561	3.775
Amortizado no período.....	(2.982)	(488)
Atualizado no período.....	35	36
Valor transferido circulante - não circulante.....	1.359	(1.359)
Saldo em 31/12/2011.....	504	1.964

para melhor apresentação das demonstrações financeiras comparativas, conforme o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. **Demonstrações dos resultados abrangentes:** As demonstrações dos resultados abrangentes não estão sendo divulgadas, uma vez que a Companhia não apurou transações que envolvam registros em outros resultados abrangentes que impactam o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

5. ICPC 01 - CONTRATOS DE CONCESSÃO (IFRIC 12)

Em 22/12/2009 foi aprovada a Deliberação CVM nº 611/2009, que delibera a ICPC 01 - Contratos de Concessão.

O escopo da ICPC 01 abrange contratos de concessões de serviços públicos de entidades privadas, onde o poder concedente tem o controle sobre os ativos relacionados a concessão. O poder concedente controla os ativos quando esse:

- a) Controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço; e
- b) Controla qualquer participação residual significativa na infraestrutura, no final do prazo da concessão.

Assim, segundo a ICPC 01, as concessionárias têm 2 atividades:

- a) Construção: o resultado é reconhecido proporcionalmente à execução da obra, de acordo com o CPC 17 - Contratos de Construção; e
- b) Operação e manutenção: A receita é reconhecida de acordo com o CPC 30 - Receitas, no momento em que os riscos e benefícios são transferidos. Os gastos com manutenção são reconhecidos como despesas e, com ampliação capitalizados.

A ICPC 01 define o modelo de contabilização, conforme quem remunera o concessionário:

- a) Usuário: Aplica o modelo do ativo intangível, onde os bens da concessão são reconhecidos como tal, representando o valor justo do direito de cobrar os usuários. Este ativo é amortizado durante o prazo de concessão, pela maneira que melhor represente o consumo dos benefícios econômicos;
- b) Poder concedente: Aplica o modelo do ativo financeiro, onde os bens da concessão assim são reconhecidos. O ativo financeiro representa um direito incondicional de receber pagamento do poder concedente, e mensurado de acordo com o CPC 38 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração; e
- c) Usuário e poder concedente: Utiliza o modelo misto, onde os bens da concessão são reconhecidos como um ativo intangível e um ativo financeiro.

5.1. Adoção da ICPC 01

As concessionárias de distribuição de energia elétrica são remuneradas de 2 maneiras:

- a) Direito de cobrar os usuários pela energia consumida (fatura); e
- b) Indenização dos bens reversíveis ao final do prazo da concessão.

O direito de cobrar reversa um ativo intangível e a indenização um ativo financeiro. O ativo financeiro deve ser reconhecido pela melhor estimativa do valor justo da indenização, e o valor residual (a diferença para o saldo total bifurcado) seria o ativo intangível.

O ativo financeiro representa a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão. Existe uma indefinição quanto a renovação das concessões. A inexistência de definição legal e constitucional, aliada a ausência de histórico de reversões, faz com que o ativo intangível tenha sua vida útil limitada ao prazo da concessão. Contudo, a Administração da Companhia entende que conseguirá renovar por igual período, conforme direito previsto no contrato de concessão, cuja renovação será requerida pela Companhia, para assegurar a continuidade e qualidade do serviço e cumprimento de regularidade junto ao órgão técnico de fiscalização do poder concedente e demais exigências previstas no contrato de concessão.

A despesa com depreciação incluída na tarifa é determinada com base na vida útil econômica estimada de cada bem, sendo utilizada como base de cálculo da amortização do ativo intangível.

A ICPC 01 ainda determina o reconhecimento de receita e despesa de construção referente às obras em andamento. A Administração entende que a atividade de construção não gera lucro, assim não apresenta margem de lucro.

A Companhia possui um grupo de profissionais com o propósito de avaliar a qualidade e a possibilidade de recuperação dos créditos em atraso referente ao fornecimento de energia para os diversos segmentos de clientes.

8. TÍTULOS A RECEBER

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Faturas parceladas.....	8.294	8.262	-	-
Outros títulos a receber.....	793	1.082	-	-
Processo execução de precatórios	-	-	50.258	49.751
P.M. de Cuiabá (a).....	-	-	-	28.030
Valor de aquisição dos créditos fiscais (b).....	-	-	28.030	28.030
(-) Perda no valor recuperável (b).....	(316)	(316)	(28.030)	(28.030)
Total	8.771	9.028	50.258	49.751

(a) Refere-se a Processo de Ação de Execução de Precatório nº 383/2001 contra a Prefeitura de Cuiabá - MT. Atualmente o processo evoluiu do 52º lugar em 2006, para 45º lugar em 2011 na listagem de precatórios pendentes de pagamento por parte da Prefeitura de Cuiabá.

(b) Com a finalidade de compensação de impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, a Companhia adquiriu, em 2003, créditos de origem não tributária decorrentes da condenação da União Federal em ação indenizatória, reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado. A Companhia ingressou na ação com pedido de assistência o que foi indeferido pelo Juiz. Contra a referida decisão, foi apresentado recurso, que aguarda apreciação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Com a adesão ao Parcelamento Excepcional - PAEX, nos termos da Medida Provisória nº 303/2006, em 15/12/2006, a Companhia desistiu da compensação tributária de referidos créditos e mantém a discussão judicial visando à sua satisfação. A realização do crédito depende do sucesso da ação atualmente em fase de execução, sendo considerado provável o êxito da ação pelos assessores jurídicos da Companhia. A Administração da Companhia reconheceu provisão para perda no valor recuperável desse ativo.

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Impostos de renda e contribuição social:				
Imposto de renda (a).....	8.245	4.166	4.692	4.611
Contribuição social (a).....	803	1.854	1.572	1.545
Subtotal	9.048	6.020	6.264	6.156

Outros impostos e contribuições a compensar:

	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
ICMS (b).....	26.653	31.489	20.587	25.766
(-) Ajuste a valor presente (b).....	(1.350)	(1.775)	(4.345)	(5.293)
ICMS ajustado	25.303	29.714	16.242	20.473
INSS.....	1.034	306	-	-
ISS - DEMANDA.....	-	-	90	-
Outros.....	-	375	-	-
Total	26.337	30.395	16.332	20.473
Subtotal	35.385	36.415	22.596	26.629

(a) Saldos negativos de imposto de renda e contribuição social apurados no ano calendário de 2011 e anos-calendários anteriores, decorrentes de estimativas pagas à maior e parceladas, que serão utilizados para compensação de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil - RFB e à medida que forem sendo pagas as prestações do parcelamento da Lei nº 11.941/2009 (vide nota explicativa nº 18), e desde que o montante já pago exceda o valor do imposto ou da contribuição, determinados com base no resultado apurado nos respectivos períodos.

(b) O ICMS a compensar apurado na aquisição de bens do ativo imobilizado será recuperado em até 48 meses. A Companhia procedeu ao cálculo do AVP - Ajustes a Valor Presente utilizando a taxa de 12,81% a.a., que a ANEEL considera como a taxa de retorno adequada para os serviços de distribuição de energia, cuja metodologia está definida na Resolução ANEEL nº 234 de 31/10/2006. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Tendo em vista a natureza, complexidade e volume da recuperação, não foram divulgados o fluxo de caixa e sua temporalidade, uma vez que o efeito líquido do AVP não é relevante.

10. TRIBUTOS DIFERIDOS

10.1. Composição das despesas com impostos

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços. Os impostos e contribuições sociais diferidos relativos às diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados em contas patrimoniais. Demonstramos a seguir a composição da base de cálculo e dos saldos desses impostos:

	31/12/2011		31/12/2010	
	Imposto de renda	Contribuição Social	Imposto de renda	Contribuição Social
Composição da receita (despesa) com impostos:				
Impostos correntes.....	(30.284)	(12.355)	(2.889)	(957)
Impostos diferidos - variação líquida.....	(17.609)	(6.710)	(12.614)	(4.337)
(47.893)	(19.065)	(15.503)	(5.294)	

10.2. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

	31/12/2011		31/12/2010	
	Imposto de renda	Contribuição Social	Imposto de renda	Contribuição Social
Reconciliação para taxa efetiva Lucro antes do imposto de renda e contribuição social (ajustado).....	197.138	197.138	27.799	27.799
Adições(exclusões)				
Permanentes				
Despesas Indedutíveis.....	624	624	703	703
Multas Indedutíveis.....	1.364	-	7.034	-
Gratificações/Participações	-	-	-	-
Administradores.....	563	-	526	-
Efeitos da Lei 11638/2007.....	(10.970)	(10.970)	6.427	6.427
Multas regulatórias.....	(15.693)	-	-	-
Componente financeiro.....	23.728	23.728	-	-
Outras.....	(1.794)	1.317	20.469	23.893
Subtotal	(2.178)	14.699	35.159	31.023
Base de cálculo dos impostos	194.960	211.837	62.958	58.822
Alíquotas.....	25%	9%	25%	9%
Saldo apurado	(48.740)	(19.065)	(15.740)	(5.294)
Créditos sobre incentivos fiscais	847	-	237	-
Reciclação(despesa) com impostos	(47.893)	(19.065)	(15.503)	(5.294)
Taxa efetiva	24,29%	9,67%	55,77%	19,04%

10.3. Ativo fiscal diferido

Os créditos fiscais a seguir detalhados, serão utilizados para redução de carga tributária futura, sendo reconhecidos com base em históricos de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis.

	31/12/2011		31/12/2010	
	Imposto de renda	Contribuição Social	Imposto de renda	Contribuição Social
Natureza				
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis (a).....	2.430	2.430	2.524	2.524
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (a).....	60.190	60.190	82.550	82.550
Prejuízos fiscais e base negativa (b).....	187.743	413.651	241.887	471.926
Ajustes da Lei 11.638/2007 (c) ..	16.606	16.606	5.636	5.636
Base de cálculo dos impostos diferidos	266.969	492.877	332.597	562.636
Alíquotas.....	25%	9%	25%	9%
Impostos diferidos não circulante	66.742	44.359	83.149	50.637

Fundamentos para realização do imposto de renda e contribuição social diferida:

- (a) Efetivação da perda
(b) Realização dos lucros
(c) Realização dos efeitos da Lei 11.638/2007

Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos
Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371/2002, a Companhia estima recuperar o crédito tributário até o ano de 2019 conforme demonstrado abaixo:

	2012	2013	2014	2015	2016	Após 2016	Total
	21.800	22.191	20.480	8.699	4.856	33.075	111.101

10.4. Passivo fiscal diferido

	31/12/2011		31/12/2010	
	Imposto de renda	Contribuição Social	Imposto de renda	Contribuição Social
Diferenças temporárias:				
Passivos regulatórios (a).....	37.999	37.999	-	-
Base de cálculo dos impostos diferidos	37.999	37.999	-	-
Alíquotas.....	25%	9%	25%	9%
Impostos diferidos não circulante (outros)	9.500	3.420	-	-
Fundamentos para realização do imposto de renda e contribuição social diferida:				
(a) Realização dos lucros				
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação:				
Reserva de reavaliação.....	839.154	839.154	839.154	839.154
(-) Reversão de reavaliação anterior.....	(189.560)	(189.560)	(189.559)	(189.559)
(-) Depreciação/baixas.....	(286.313)	(286.313)	(253.119)	(253.119)
Base de cálculo	363.281	363.281	396.476	396.476
Alíquotas.....	25%	9%	25%	9%
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação	90.820	32.695	99.118	35.683
Total dos tributos diferidos	100.320	36.115	99.118	35.683

10.5. Movimentação dos tributos diferidos

Imposto de renda:	31/12/2010		Reconhecidos no resultado		31/12/2011	
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis.....	631	(23)	608			
Perda no valor recuperável.....	20.638	(5.591)	15.047			
Prejuízos fiscais.....	60.471	(13.535)	46.936			
Outros ativos regulatórios.....	-	(9.500)	(9.500)			
Encargos de reavaliação.....	(99.118)	8.298	(90.820)			
Ajustes da Lei 11.638/2007.....	1.409	2.742	4.151			
Total	(15.969)	(17.609)	(33.578)			

Contribuição social:	31/12/2010		Reconhecidos no resultado		31/12/2011	
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis.....	227	(8)	219			
Perda no valor recuperável.....	7.429	(2.012)	5.417			
Base negativa.....	42.473	(5.244)	37.229			
Outros ativos regulatórios.....	-	(3.420)	(3.420)			
Encargos de reavaliação.....	(35.683)	2.988	(32.695)			
Ajustes da Lei 11.638/2007.....	508	986	1.494			
Total	14.954	(6.710)	8.244			

11. REDUÇÃO DE RECEITA - BAIXA RENDA

Subvenção à Baixa Renda - Tarifa Social: O Governo Federal, por meio da Lei nº 10.438, de 26/4/2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda, o que causou uma redução na receita operacional da Companhia que foi compensada por meio do Decreto Presidencial nº 4.538, de 23/12/2002, em que foram definidas as fontes para concessão e subvenção econômica com a finalidade de contribuir para a modernidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda. Conforme disposição da Lei nº 12.212, de 20/1/2010, para o consumo mensal inferior ou igual a 30 kWh o desconto será de 65%, entre 31 kWh e 100 kWh o desconto será de 40% e entre 101 kWh e 220 kWh o desconto será de 10%. Segue abaixo a movimentação no exercício:

Saldo em 31/12/2010	3.703
Valor provisionado.....	2.371
Valor homologado.....	2.714
Valor recebido.....	(5.236)
Saldo em 31/12/2011	3.552

12. SUB-ROGAÇÃO DA CCC

Em conformidade com as disposições da Resolução ANEEL nº 784, de 24/12/2002, e Resolução Autorizativa - ANEEL nº 81, de 9/3/2004, a Companhia foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC.

A CEMAT tem registrados valores referentes a esse subsídio da seguinte forma:

Obra	Status	Valor aplicado	Valor sub-rogado	Recebido	A receber
Sistema Brasnorte/Juara/Juína-Trecho Campo Novo/Brasnorte.....	em serviço	12.094	9.071	9.071	-
Sistema Brasnorte/Juara/Juína-Trecho Juara/Juína.....	em serviço	55.904	42.172	42.172	-
Sistema de Transmissão Sapezal.....	em serviço	17.386	13.040	12.846	194
Sistema de Transmissão Tabaporá.....	em serviço	3.078	2.132	2.132	-
Sistema de Transmissão Nova Monte Verde.....	em serviço	62.917	56.542	37.048	19.494
Sistema de Transmissão Baixo Araguaia.....	em serviço	184.932	152.916	117.647	35.269
Sistema de Transmissão Jurueña.....	em serviço	52.135	40.310	6.557	33.753
Sistema de Transmissão Sapezal/Comodoro.....	em curso	38.796	32.254	3.973	28.281
Total		427.242	348.437	231.446	116.991
Circulante.....					98.118
Não circulante.....					18.873

Do montante pendente de recebimento as obras do sistema Sapezal/Comodoro encontram-se em curso e, pela regra estabelecida pela ANEEL, os valores do benefício só serão repassados à Concessionária após a sua efetiva energização.

13. OUTROS ATIVOS

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Adiantamento a fornecedores.....	2.958	2.090	-	-
Valores a recuperar de empregados ..	2.786	3.020	-	-
Alienação de bens e direitos.....	3.299	1.898	-	-
Cheques em cobrança especial.....	1.508	1.518	-	-
Despesas pagas antecipadamente.....	1.500	874	-	-
Plano de Universalização.....	4.575	-	-	-
Desativações em curso (a).....	2.514	4.422	-	-
Títulos e valores mobiliários.....	164	648	-	-
Créditos de conta de energia elétrica..	287	1.166	-	-
ICMS - Aquisição de crédito terceiros ..	-	-	11.136	11.136
Ativos mantidos para venda.....	3.245	14	-	-
Outros créditos a receber.....	593	176	789	789
Total	23.429	15.826	11.925	11.925

(a) Refere-se às desativações relativas às UAR (Unidades de Adição e Retirada), determinadas por motivos técnico-operacionais e sinistro, que se encontram em fase de análise e recuperação para o retorno ao intangível ou realização.

14. PARTES RELACIONADAS

A Companhia adota práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas por legislação e regulamentação. A aprovação das operações com partes relacionadas é também submetida à aprovação dos órgãos decisórios da Companhia, conforme regras previstas em nosso Estatuto Social. Ademais, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, qualquer acionista ou membro do Conselho de Administração está proibido de votar em deliberação acerca de matéria em que tenha interesses conflitantes com os da Companhia. As operações celebradas pela Companhia com partes relacionadas seguem os padrões de mercado e são amparadas pelas devidas avaliações prévias de seus termos e condições e do estrito interesse da Companhia em sua realização. O Acordo de Acionistas firmado entre o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ("FI-FGTS"), representado pela Caixa Econômica Federal (CEF), a DENERGE - Desenvolvimento Energético S.A. ("DENERGE") e a Empresa de Eletricidade Vale Parapananema S.A. ("EEVP"), ambas controladoras indiretas da Companhia, prevê cláusulas que requerem a manutenção de determinados limites operacionais dentro de parâmetros pré-estabelecidos envolvendo a Companhia. A Administração da Companhia acompanha esses limites operacionais, como forma de monitoramento e remediação com o FI-FGTS, quando necessário.

Em 31/12/2011, a Companhia atingiu o limite operacional de captações para novas operações. As captações posteriores ao não atendimento do indicador foram efetuadas após obtenção de anuência da FI-FGTS. Os demais limites operacionais do acordo foram atendidos. As operações com o acionista não controlador - Eletrobrás, estão detalhadas na nota explicativa nº 19 - Empréstimos e financiamentos.

14.1. Transações e saldos com empresas relacionadas

	Relacionamento	31/12/2011	31/12/2010
Transações de mútuos:			
Receitas financeiras.....	-	12.391	11.893
Despesas financeiras.....	-	(19)	(1.374)
Receita de uso da rede elétrica (a):			
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL.....	Coligada	1.815	1.492
Custo na compra de energia elétrica (a):			
Tangará Energia S.A.....	Coligada	(82.585)	(76.194)

• **Compartilhamento de infraestrutura para os processos de faturamento e arrecadação em Bragança Paulista:** Contrato firmado entre as empresas Caiuá Distribuição, EDEVP, EEB, CNEE, CFLO, CELTINS, CEMAT, CELPA e ENERSUL, no qual os custos referentes aos processos de faturamento e arrecadação são apurados e suportados pela EEB e repassados mensalmente para as demais empresas pelo critério de proporcionalidade estabelecido no referido contrato. A vigência do contrato é até 8/3/2013 e possui dispensa de anuência da ANEEL por meio do inciso IV, do artigo 3º da Resolução nº 334/2008. Os gastos totais da Companhia relativos a este contrato, no exercício de 2011, foram de R\$ 76 (R\$ 50 em 2010).

15. INVESTIMENTOS

Propriedades para investimentos avaliadas a custo:

	31/12/2011	31/12/2010
Edificações, obras civis e benfeitorias.....	4.168	4.122
Terrenos.....	1.385	1.439
Outros investimentos	875	882
Total	6.428	6.443

Refere-se aos bens destinados a uso futuro, em conformidade com o processo de desvalorização adotado pela Companhia e de acordo com a proposta apresentada à ANEEL.

16. ATIVO FINANCEIRO E ATIVO INTANGÍVEL DO CONTRATO DE CONCESSÃO

Os bens relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo intangível líquido e ativo financeiro e estão representados como segue:

	31/12/2011	31/12/2010
Ativo financeiro.....	436.081	346.770
Ativo intangível.....	1.649.830	1.618.431
Total	2.085.911	1.965.201

Os bens referentes aos contratos de concessão estão constituído em termo da natureza dos ativos que os compõe:

	31/12/2011		31/12/2010	
	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço:	Custo	(-) Amortização acumulada	Ativo intangível	Ativo financeiro
Terrenos.....	13.463	-	-	13.463
Edificações, obras civis e benfeitorias.....	75.169	(28.823)	34.492	11.854
Máquinas e equipamentos.....	3.611.815	(1.027.928)	2.131.315	452.572
Veículos.....	65.769	(23.583)	42.186	-
Móveis e utensílios.....	4.112	(2.737)	1.375	-
Servidões (a).....	22.186	(2)	105	22.079
Softwares (b).....	9.835	(7.419)	2.416	-
(-) Obrigações vinculadas à concessão.....	(674.969)	58.178	(552.904)	(63.887)
Subtotal	3.127.380	(1.032.314)	1.658.985	436.081
Em curso:				
Terrenos.....	341	-	341	-
Edificações, obras civis e benfeitorias.....	4.379	-	4.379	-
Máquinas e equipamentos.....	271.977	-	271.977	-
Veículos.....	-	-	-	7.713
Móveis e utensílios.....	2	-	2	-
Material em depósito.....	56.342	-	56.342	-
Servidões (a).....	7.702	-	7.702	-
Softwares (b).....	5.426	-	5.426	-
Outros.....	1.678	-	1.678	-
(-) Obrigações vinculadas à concessão.....	(357.002)	-	(357.002)	-
Subtotal	(9.155)	-	(9.155)	-
Total	3.118.225	(1.032.314)	1.649.830	436.081

(a) Servidões: são direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Companhia, e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídas por indenização em favor do proprietário do imóvel. Como estas têm vida útil indefinida não são amortizadas, apenas sujeitas a teste de recuperabilidade econômica anualmente.

(b) Software: são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares. Tais itens são amortizados linearmente.

O intangível em curso de contratos de concessão refere-se substancialmente às obras de expansão em andamento do sistema de distribuição de energia elétrica. Incluem itens incorporados por meio de arrendamentos mercantis financeiros, cujos valores são imateriais. O arrendamento financeiro reconhecido na transição da Lei nº 11.638/2007 encontra-se totalmente depreciado.

Por atividade, os bens que compõe o ativo intangível dos contratos de concessão são constituídos da seguinte forma:

	Taxas médias de amortização (%)	(-) Ativo financeiro líquido		(-) Obrigações vinculadas à concessão líquida		31/12/2011		31/12/2010	
		Custo	Amortização acumulada	Subtotal	concessão líquida	Valor líquido	Valor líquido		
Em serviço:									
Geração.....	4,25%	13.183	(1.010)	5.636	(200)	5.436	6.021		
Distribuição.....	4,35%	3.647.218	(406.983)	2.209.805	(618.489)	1.591.316	1.557.684		
Comercialização.....	6,56%	6.028	(389)	2.184	2.174	4.358	2.278		
Administração.....	10,43%	135.920	(27.699)	58.151	(276)	57.875	62.158		
Subtotal		3.802.349	(436.081)	2.275.776	(616.791)	1.658.985	1.628.141		
Em curso:									
Geração.....		912	-	912	-	912	724		
Distribuição.....		338.782	-	338.782	(356.927)	(18.145)	(32.479)		
Comercialização.....		-	-	-	(55)	(55)	(52)		
Administração.....		8.153	-	8.153	(20)	8.133	22.097		
Subtotal		347.847	-	347.847	(357.002)	(9.155)	(9.710)		
Total		4.150.196	(436.081)	2.623.623	(973.793)	1.649.830	1.618.431		

(*) A taxa média é calculada considerando a despesa de amortização do exercício dividida pelo saldo médio anual do intangível.

A amortização reflete o padrão de consumo dos bens em relação aos benefícios econômicos dos ativos da concessão, que é representado pela depreciação definida na Resolução ANEEL nº 367/2009, conforme segue:

	Taxas anuais de amortização %		Taxas anuais de amortização %	
	Geração:	Comercialização:	Administração central:	
Equipamento geral.....	10,00	Equipamento geral.....		10,00
Reservatórios, barragens e adutoras.....	2,00	Edificações.....		4,00
Turbina hidráulica.....	2,50			
Distribuição:				
Barra de capacitores.....	5,00 - 6,70			
Chave de distribuição.....	3,30 - 6,70			
Condutor do sistema.....	2,50 - 5,00			
Estrutura do sistema.....	2,50 - 5,00			
Regulador de tensão.....	3,50 - 4,80			
Transformador de distribuição.....	5,00			

• **Dos bens vinculados à concessão:**

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26/2/1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/1999 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

• **Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica**

A partir de 1/1/2007, as Obrigações Vinculadas passaram a ser controladas conforme determina o Despacho ANEEL nº 3.073, de 28/12/2006, e Ofícios Circulares ANEEL nº 236, nº 296 e nº 1.314, de 8/2/2007, 15/2/2007 e 27/6/2007, respectivamente. Nessas legislações ficou determinado que:

• As baixas do ativo intangível, de bens ou empreendimentos que tenham sido total ou parcialmente constituídos com recursos de terceiros, devem ser refletidas nas Obrigações Vinculadas, de forma a anular os efeitos no resultado do exercício, quando do encerramento da Ordem de Desativação - ODD.

Para fins de baixa dos recursos registrados nas Obrigações Vinculadas, deve ser identificado e utilizado o percentual que o bem ou empreendimento baixado representa em relação ao ativo intangível em serviço da respectiva atividade.

• Os valores registrados nas Obrigações Vinculadas passaram a ser objeto de cálculo de Reintegração - Depreciação e registrados contabilmente de forma que o efeito desta despesa seja anulado no resultado do exercício. O prazo de início da apuração da depreciação acumulada deve ser a partir do 2º ciclo da revisão tarifária.

Para a apuração do valor da reintegração, deve ser utilizada a taxa média de amortização do ativo intangível da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das Obrigações Vinculadas.

A Resolução Normativa ANEEL nº 234, de 31/10/2006, estabeleceu os conceitos gerais, as metodologias e os procedimentos iniciais para a realização do 2º ciclo de revisão tarifária periódica de suas controladas.

Desde 1/1/1996, essas obrigações não estão sendo mais atualizadas pelos efeitos da inflação, tendo a seguinte composição:

	Ativo intangível		Ativo financeiro		Total	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Participação do consumidor.....	(490.590)	(463.020)	(7.613)	(7.608)	(498.203)	(470.628)
Participação da União.....	(17.432)	(18.369)	(1.600)	(1.600)	(19.032)	(19.969)
Participação do Estado.....	(3.123)	(1.955)	-	-	(3.123)	(1.955)
Participação dos Municípios.....	(4.202)	(4.213)	(20)	(20)	(4.222)	(4.233)
Doações e subv. destinadas a invest. do serv. concedido.....	(90.389)	(97.607)	(8.592)	(8.592)	(98.981)	(106.199)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D.....	(325)	(341)	(34)	(34)	(359)	(375)
Universalização do serviço público de energia elétrica.....	(303.825)	(344.832)	(46.028)	(29.551)	(349.853)	(374.383)
Outros.....	(20)	(20)	-	-	(20)	(20)
Total	(909.906)	(930.357)	(63.887)	(47.405)	(973.793)	(977.762)

• Para o cenário econômico futuro e variáveis macroeconômicas, utilizou-se estudos desenvolvidos por meio de modelos econométricos e outros dados de mercado disponíveis;

• Os fluxos de caixa foram trazidos a valor presente por meio de uma taxa média, representativa do custo médio ponderado de capital.

Os valores apurados no teste acima citado, mostraram-se suficientes para a cobertura dos ativos intangível e financeiro.

16.1. Plano Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica

A ANEEL, por meio da Resolução nº 223 de 29/4/2003, com as alterações contidas na Resolução nº 52 de 25/3/2004, nº 73 de 9/7/2004, nº 79 de 30/8/2004 e nº 175 de 28/11/2005 alterada pela Resolução nº 365 de 19/5/2009, estabeleceu as condições gerais para a elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica visando ao atendimento de novas unidades consumidoras, regulamentando o disposto nos artigos 14 e 15 da Lei nº 10.438, de 26/4/2002, com as alterações contidas na Lei nº 10.762, de 11/11/2003 e fixou as responsabilidades das concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, no atendimento à parcela da população localizada nas áreas urbanas e rurais, que não tinham acesso a esse serviço público.

Ainda com o objetivo de promover a universalização do acesso à energia elétrica, o Governo Federal iniciou em 2003, por força do Decreto Presidencial nº 4.873, de 11/11/2003, o Programa Luz para Todos, com o objetivo de levar energia elétrica para mais de 12 milhões de pessoas até 2008. A partir dessa data todas as solicitações para o atendimento de novas ligações na área urbana com a carga instalada até 50 kW, em qualquer município da concessão passaram a ser atendidas pela Concessionária sem custo para o consumidor. Em função do crescimento das demandas em todo o Brasil, o Governo Federal prorrogou o programa até o ano de 2010 por meio do Decreto nº 6.442 de 25/4/2008. Em 8/7/2011, por meio do Decreto nº 7.520 instituiu o Programa de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "Luz para Todos", para o período de 2011 a 2014, destinado a propiciar o atendimento em energia elétrica à população do meio rural que ainda não possui acesso a esse serviço.

Os recursos necessários para o custeio do Programa serão oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, instituída como subvenção econômica pela Lei nº 10.438, de 26/4/2002, da Reserva Global de Reversão - RGR, instituída pela Lei nº 5.655 de 20/5/1971, de agentes do setor elétrico, da participação dos Estados, Municípios e outros destinados ao Programa. O Programa será coordenado pelo Ministério de Minas e Energia - MME e operacionalizado com a participação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS e das empresas que compõem o sistema ELETROBRÁS.

A Companhia participa dos Programas em vários contratos no total de R\$994.915, para atendimento a 121.884 ligações. Dos contratos já concluídos, cujo montante é de R\$1.032.710 e foram ligados 115.367 consumidores. Dos contratos em andamento no montante R\$112.254, serão ligados 6.517 consumidores até 31/12/2012.

A mutação dos bens da concessão, representados pelo ativo intangível e ativo financeiro está demonstrada abaixo:

Em serviço:	31/12/2010	Adições	Baixas	Transfe-rências	31/12/2011
Custo					
Geração.....	13.342	-	(159)	-	13.183
Distribuição.....	3.341.353	-	(39.020)	344.885	3.647.218
Comercialização.....	6.027	-	(31)	32	6.028
Administração.....	113.398	-	(980)	23.502	135.920
Subtotal	3.474.120	-	(40.190)	368.419	3.802.349
(-) Obrigações vinc. à concessão.....	(590.913)	-	-	(84.056)	(674.969)
Total do custo	2.883.207	-	(40.190)	284.363	3.127.380
(-) Amortização					
Geração.....	(6.098)	(566)	127	-	(6.537)
Distribuição.....	(899.087)	(149.989)	18.646	-	(1.030.430)
Comercialização.....	(3.063)	(392)	-	-	(3.455)
Administração.....	(38.549)	(12.532)	1.011	-	(50.707)
Subtotal	(946.797)	(163.479)	19.784	-	(1.090.492)
Obrigações vinc. à concessão.....	38.501	19.677	-	-	58.178
Total da amortização.....	(908.296)	(143.802)	19.784	-	(1.032.314)
Total em serviço	1.974.911	(143.802)	(20.406)	284.363	2.095.066

Em curso:	31/12/2011	Adições	Baixas	Transfe-rências	31/12/2010
Geração.....	750	1.214	(19)	(1.033)	912
Distribuição.....	392.769	277.363	(5.421)	(325.929)	338.782
Comercialização.....	3	-	(3)	-	-
Administração.....	22.117	27.583	(90)	(41.457)	8.153
Subtotal	415.639	306.160	(5,533)	(368,419)	347,847
Obrigações vinc. à concessão.....	(425.349)	(90.804)	75.095	84.056	(357.002)
Total em curso	(9.710)	215.356	69.562	(284,363)	(9,155)
Total	1.965.201	71.554	49.156	-	2.085.911

	31/12/2011		31/12/2010	
	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço:	Custo	(-) Amortização acumulada	Ativo intangível	Ativo financeiro
Terrenos.....	13.463	-	-	13.463
Edificações, obras civis e benfeitorias.....	75.169	(28.823)	34.492	11.854
Máquinas e equipamentos.....	3.611.815	(1.027.928)	2.131.315	452.572
Veículos.....	65.769	(23.583)	42.186	-
Móveis e utensílios.....	4.112	(2.737)	1.375	-
Servidões (a).....	22.186	(2)	105	22.079
Softwares (b).....	9.835	(7.419)	2.416	-
(-) Obrigações vinculadas à concessão.....	(674.969)	58.178	(552.904)	(63.887)
Subtotal	3.127.380	(1.032.314)	1.658.985	436.081
Em curso:				
Terrenos.....	341	-	341	-
Edificações, obras civis e benfeitorias.....	4.379	-	4.379	-
Máquinas e equipamentos.....	271.977	-	271.977	-
Veículos.....	-	-	-	7.713
Móveis e utensílios.....	2	-	2	-
Material em depósito.....	56.342	-	56.342	-
Servidões (a).....	7.702	-	7.702	-
Softwares (b).....	5.426	-	5.426	-
Outros.....	1.678	-	1.678	-
(-) Obrigações vinculadas à concessão.....	(357.002)	-	(357.002)	-
Subtotal	(9.155)	-	(9,155)	-
Total	3.118.225	(1.032.314)	1.649.830	436.081

(a) Servidões: são direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Companhia, e em áreas

d. Investimentos: contratos firmados pela Companhia, cujos recursos destinam-se a investimentos conforme abaixo:

* contrato, empréstimo ponte com o Bradesco, assinado em julho/2007, com a finalidade de construção de linhas de transmissão e ampliação de subestações, conforme elenco de obras sub-rogadas com recursos da CCC por meio da Resolução nº 906, de 2/5/2007, com taxas de juros de 2% a.a. mais a variação de CDI, com pagamentos de juros ocorrendo em abril, agosto e outubro de 2008, e amortização das parcelas de principal mais encargos em 42 meses vencendo a primeira em janeiro/2009 a última em junho/2012;

* contrato, empréstimo ponte com o Banco Santander, assinado em março/2008, com a finalidade de construção de linhas de transmissão e ampliação de subestações, conforme elenco de obras sub-rogadas com recursos da CCC por meio da Resolução nº 897, de 2/5/2007, com taxas de juros de 1,55% a.a. mais a variação de CDI, com a amortização das parcelas de principal e encargos em 48 meses vencendo a primeira em janeiro/2009 a última em dezembro/2012;

* contrato, empréstimo ponte com o ITAÚ BBA, assinado em dezembro/2008 e março/2009, com a finalidade de interligação da região de Juruena ao Sistema Interligado Nacional - SIN, com taxas de juros de 4,3% a.a. mais a variação de CDI, com pagamento único para quitação em junho/2010, no valor R\$ 40.000. Por meio de aditivos, a taxa passou a ser de 4,9% a.a. mais a variação de CDI e pagamentos mensais a partir de junho/2011 com vencimento da última parcela e junho/2016;

* contrato, empréstimo ponte com o Banco Fibra, assinado em agosto/2010, com a finalidade de construção de linhas de transmissão e ampliação de subestações, conforme elenco de obras sub-rogadas com recursos da CCC por meio da Resolução nº 1.877, de 7/4/2009 com taxas de juros de 4,43% a.a. mais a variação do CDI, com a amortização das parcelas de principal e encargos em 45 meses vencendo a primeira em dezembro/2011 e a última em agosto/2015.

Moeda estrangeira:

a. Empréstimo Unit Notes: em fevereiro/2006, a CEMAT efetuou a emissão de US\$ 50.000 relativos à *Unit Notes*, com prazo total para liquidação de 6 anos, sendo 3 anos de carência e 3 anos para amortização do principal e com taxa de juros nominal de 9,5% a.a.. O montante do principal dessa operação foi protegido contra as oscilações

19.5. Vencimento das parcelas do não circulante (principal e encargos)

Vencimento	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Custo de transação	Cauções	31/12/2011	31/12/2010
2012	-	-	-	-	-	185.147
2013	138.237	25.394	(2.399)	-	161.232	103.172
2014	110.818	29.687	(1.517)	-	138.988	80.335
2015	103.139	15.813	(636)	-	118.316	62.207
2016	57.172	-	(21)	-	57.151	41.434
2017	39.145	-	-	-	39.145	39.219
2018	33.419	-	-	-	33.419	33.493
2019	22.035	-	-	-	22.035	22.109
2020	13.638	-	-	-	13.638	13.638
2021	9.232	-	-	-	9.232	9.080
2022	791	-	-	-	791	3.047
2024	-	-	-	(28.221)	9.486	13.394
Total	527.626	108.601	(4.573)	(28.221)	603.433	605.705

19.6. Movimentação

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31/12/2010	292.719	485.093	56.888	120.612	955.312
Ingressos	-	265.122	-	-	265.122
Encargos	89.104	-	12.934	14.028	116.066
Variação monetária e cambial	2.047	281	3.901	-	6.229
Transferências	222.870	(222.870)	46.154	(46.154)	-
Pagamentos de principal	-	-	(54.367)	-	(346.711)
Pagamentos de juros	(95.219)	-	(13.655)	-	(108.874)
Custo de transação	-	(10.712)	-	-	(10.712)
Transferência de custo de transação	(6.139)	6.139	-	-	-
Apropriação de custo de transação	2.847	-	-	-	2.847
Atualização cauções	-	-	-	(8.106)	(8.106)
Saldo em 31/12/2011	215.885	523.053	51.855	80.380	871.173

20. FINANCIAMENTOS POR ARRENDAMENTO FINANCEIRO

20.1. Composição

	31/12/2011		31/12/2010	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Moeda nacional:				
Arrendamento mercantil	5.490	2.819	5.190	7.557
Total moeda nacional	5.490	2.819	5.190	7.557
Moeda estrangeira:				
Arrendamento mercantil	3.268	31.479	4.050	30.608
Subtotal	3.268	31.479	4.050	30.608
Caução	-	(6.686)	-	(5.934)
Total moeda estrangeira	3.268	24.793	4.050	24.674
Total geral	8.758	27.612	9.240	32.231
Principal	8.601	27.612	9.017	32.231
Encargos	157	-	223	-

20.2. Composição do saldo devedor por moeda e indexador

	31/12/2011		% 31/12/2010	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Moeda nacional:				
CDI	8.309	100,00	12.747	100,00
Total moeda nacional	8.309	100,00	12.747	100,00
Moeda estrangeira:				
Dólar norte-americano	32.977	94,91	32.669	94,26
LIBOR	1.770	5,09	1.989	5,74
Subtotal	34.747	100,00	34.658	100,00
Cauções	(6.686)	-	(5.934)	-
Total moeda estrangeira	28.061	28,724	28.724	28,724
Total	36.370	41,471	41,471	41,471

20.3. Detalhamento dos arrendamentos financeiros

Moeda nacional:
Contratos de arrendamento mercantil de veículos e equipamentos, contratados com taxa Pré e variação do CDI, amortização mensal e vencimento da última parcela em março/2014.

* Operações indexadas a CDI, com taxa média ponderada de 3,15% a.a.

Moeda estrangeira:

Arrendamento mercantil de aeronaves sendo uma com custo de Libor trimestral acrescido de 3,5% a.a. e a outra ao custo de 6,75% a.a., ambas acrescidas da variação cambial, com amortizações trimestrais de principal e juros, sendo que a data do último vencimento será em setembro/2020, com garantia de depósito caução de parte da dívida cujo saldo em 31/12/2011 era de R\$ 6.686

A dívida total a valor presente dos arrendamentos mercantis em 31/12/2011 é de R\$ 36.370 e os valores de pagamentos futuros estão distribuídos da seguinte forma:

Vencimento	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Cauções	31/12/2011	31/12/2010
2011	-	-	-	-	9.240
2012	5.490	3.268	-	8.758	7.471
2013	2.819	3.419	-	6.238	5.769
2014	-	2.714	-	2.714	2.410
2015	-	2.901	-	2.901	2.577
2016	-	3.102	-	3.102	2.756
2017	-	3.317	-	3.317	2.946
2018	-	3.547	-	3.547	3.150
2019	-	3.792	-	3.792	3.369
2020	-	8.687	(6.686)	2.001	1.783
Total	8.309	34.747	(6.686)	36.370	41.471

20.4. Movimentação

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31/12/2010	5.190	7.557	4.050	24.674	41.471
Encargos	1.458	-	2.178	-	3.636
Variação monetária e cambial	-	-	448	3.600	4.048
Transferências	4.738	(4.738)	2.729	(2.729)	-
Pagamentos de principal	(5.433)	-	(3.888)	-	(9.321)
Pagamentos de juros	(463)	-	(2.249)	-	(2.712)
Atualização cauções	-	-	-	(752)	(752)
Saldo em 31/12/2011	5.490	2.819	3.268	24.793	36.370

20.5. Arrendamentos mercantis operacionais

No exercício findo em 31/12/2011 a Companhia pagou um montante de R\$ 5.845 referente a arrendamentos mercantis operacionais, reconhecidos como despesa do exercício na rubrica Outros Custos de Operações. Os valores de pagamentos futuros estão distribuídos da seguinte forma:

Vencimento	R\$
Até 1 ano	830
de 1 a 5 anos	1.237
Total	2.067

21. DEBÊNTURES

21.1. Composição

	31/12/2011		31/12/2010	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Moeda nacional:				
2ª Emissão	92.010	109.882	81.417	180.167
3ª Emissão	22.696	72.593	-	-
4ª Emissão	16.457	84.059	-	-
Subtotal	131.163	266.534	81.417	180.167
(-) Custo de transação	(2.050)	(4.462)	-	-
Total	129.113	262.072	81.417	180.167
Principal	119.852	266.534	65.071	180.167
Encargos	9.261	(4.462)	16.346	-

21.2. Composição do saldo devedor por moeda/indexador

	31/12/2011		% 31/12/2010	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Moeda nacional:				
CDI	262.853	66,09	95.821	36,63
IPCA	134.844	33,91	165.763	63,37
Subtotal	397.697	100,00	261.584	100,00
(-) Custo de transação	(6.512)	-	-	-
Total moeda nacional	391.185	261.584	261.584	261.584

da variação cambial, por meio de instrumentos derivativos (vide nota explicativa nº 22). Em agosto de 2007, a Companhia antecipou pagamentos no montante de US\$ 31.899, correspondentes a R\$ 61.231.

b. Investimento - BID: a CEMAT, em junho/2006, tomou empréstimos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. Entre os anos de 2006 a 2008 foram liberados US\$114.500 dos recursos dos empréstimos aprovados. Do total liberado, US\$ 75.000 são provenientes de recursos próprios do BID (denominados como "A Loan" ou parte "A") e US\$39.500 são provenientes de um sindicato de bancos (clubdeal) composto pelo Banco Societé Générale e Banco Itaú Europa, ou parte "B". A parte "A" do financiamento terá o prazo total de nove anos para liquidação, sendo 3 anos de carência e mais 6 para amortização do principal. A parte "B" terá o prazo total de 6 anos para liquidação, sendo 3 anos de carência e mais 3 anos para amortização. As amortizações tanto do principal quanto dos encargos serão trimestrais. O custo da parte "A" é de Libor acrescida de spread de 4,3% a.a. e a parte "B" de Libor acrescida de spread de 3,9% a.a. mais variação cambial. O montante do principal dessa operação foi parcialmente protegido contra as oscilações da variação cambial, por meio de instrumentos derivativos (vide nota explicativa nº 22).

c. Tesouro nacional: Banco do Brasil S.A. - reestruturação da dívida externa, com garantias do Tesouro Nacional, contratos assinados em 18/3/1998 e 22/9/1999 com taxas de juros pré que variam de 6,2% a 8,2% a.a. e taxas que variam de 0,81% a 0,88% a.a. mais taxa Libor semestral e variação cambial, com amortização semestral, e a data do último vencimento será em abril/2024, com garantias de aval do Governo do Estado, receita própria e depósito caução de parte da dívida, atualizado mediante aplicação da média ponderada das variações dos preços dos "Bônus de Zero Cupom do Tesouro dos Estados Unidos da América" ("US\$ Treasury Zero Coupon Bond") cujo saldo em 31/12/2011 era de R\$ 28.221.

19.4. Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financeiros, notas promissórias, avais de acionista controlador e receitas futuras de fornecimento de energia elétrica.

21.3. Detalhamento das debêntures

a. 2ª emissão: Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 22/4/2010, a Companhia deliberou pela distribuição pública de debêntures simples da 2ª emissão, não conversíveis em ações, em 13 séries totalizando R\$250.000. A emissão foi composta de 250 debêntures simples com o valor nominal unitário de R\$1.000.

A emissão foi realizada nos termos da Instrução CVM nº 476/2009 (Oferta Restrita) e foi automaticamente dispensada de registro na CVM (Artigo 6º da referida Instrução).

O prazo de vencimento das debêntures é de 4 anos. A primeira série (série CDI) tem carência de pagamento de principal pelos primeiros seis meses e será liquidada a partir de então em 42 prestações mensais. As debêntures da segunda à décima terceira séries (séries IPCA) terão pagamentos nas suas respectivas datas de aniversário (a primeira delas, portanto, terá o seu primeiro pagamento no décimo segundo mês e assim sucessivamente para as demais séries) totalizando também 48 meses a partir da data de emissão, definida como 15/4/2010.

A remuneração das debêntures da 1ª série é de CDI mais 2,75% a.a. e das demais séries são de IPCA mais 9,15% a.a..

Em função da imaterialidade das despesas incorridas para emissão das Debêntures e pagas antecipadamente, as taxas contratadas se equiparam as taxas efetivas. Estas despesas já foram reconhecidas em sua totalidade no resultado da Companhia não tendo portanto nenhum valor a ser apropriado.

A amortização do principal, para a 1ª série, será mensal a partir do 7º mês da data de emissão. A primeira amortização do principal para as demais séries sucedem-se do 12º ao 23º mês a partir da data de emissão, repetindo-se assim sucessivamente para as demais séries IPCA. A amortização dos juros para a 1ª série será mensal a partir da data de emissão e as demais séries anualmente na mesma data da amortização do principal.

b. 3ª emissão: Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 31/3/2011, a Companhia deliberou pela distribuição pública de debêntures simples da 3ª emissão, não conversíveis em ações, em série única no montante de R\$98.000. A emissão foi composta de 98 debêntures simples com o valor nominal unitário de R\$1.000.

A emissão foi realizada nos termos da Instrução CVM nº 476/2009 (Oferta Restrita) e foi automaticamente dispensada de registro na CVM (Artigo 6º da referida Instrução).

O prazo de vencimento é de 5 anos. O valor nominal de cada uma das debêntures será pago em 54 parcelas mensais e sucessivas. As primeiras 53 parcelas, cada uma no valor correspondente a 1,8518% do valor nominal, têm a primeira parcela devida em 7/11/2011, com seis meses de carência, e a última em 7/3/2016. A 54ª parcela corresponde ao saldo devedor do valor nominal e será devida na data de vencimento das debêntures, ou seja, 7/4/2016. O valor nominal de cada uma das debêntures não será atualizado. A remuneração das debêntures é de CDI mais 3,9% a.a. e será paga mensalmente a partir da data de emissão, ocorrendo o primeiro pagamento de encargos financeiros em 7/5/2011 e o último na data de vencimento.

Esta operação tem uma taxa de juros efetiva de 4,83% a.a. que contempla os custos de transação que são apropriados ao resultado mensalmente, conforme CPC 08 - R1 (Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários). Durante o exercício findo em 31/12/2011 foram amortizados R\$ 885.

Os custos de transação a serem amortizados são:

Vencimento:	31/12/2011
2012	1.077
2013	792
2014	519
2015	295
2016	50
Total	2.733

Os recursos obtidos por meio destas emissões serão destinados ao refinanciamento de obrigações financeiras, reforço do capital de giro e investimentos.

c. 4ª emissão: Em 5/10/2011 em Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia deliberou pela distribuição pública de debêntures simples da 4ª emissão, não conversíveis em ações, em série única no montante total de no mínimo R\$ 50.000 e máximo R\$ 100.000. A emissão será composta de no mínimo 500 e no máximo 1.000 debêntures simples com o valor nominal unitário de R\$ 100.

Em 19/10/2011 foram emitidas 1.000 debêntures simples, com valor nominal unitário de R\$ 100, perfazendo um total de R\$ 100.000.

O prazo de vencimento das debêntures é de 6 anos a partir da data de emissão, vencendo-se, portanto em 19/10/2017. O pagamento será em 69 parcelas mensais e sucessivas, no dia 19 de cada mês, sendo as primeiras 68 parcelas no valor correspondente a 1,4492% do valor nominal de cada uma das debêntures, com vencimento da 1ª parcela em 19/2/2012 e a 69ª parcela, no valor correspondente ao saldo devedor do valor nominal de cada uma das debêntures devida na data do vencimento, ou seja, em 19/10/2017. A remuneração das debêntures é de 100% do CDI mais 3,75% a.a. e será paga mensalmente, a partir da data de emissão, no dia 19 de cada mês.

Esta operação tem uma taxa de juros efetiva de 5,54% a.a. que contempla os custos de transação que são apropriados ao resultado mensalmente, conforme CPC 08 - R1 (Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários). Durante o exercício findo em 31/12/2011 foram amortizados R\$ 212.

Os custos de transação a serem amortizados são:

Vencimento:	31/12/2011
2012	973
2013	1.007
2014	768
2015	574
2016	356
2017	101
Total	3.779

22.1. Gerenciamento dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, sendo que o risco referente a tais operações é monitorado por meio de estratégias de posições financeiras, controles internos, limites e políticas de risco da Companhia.

22.2. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia possui procedimentos de controles preventivos e detectivos que monitoram sua exposição aos riscos de crédito, de mercado, liquidez.

a. Gerenciamento dos riscos de crédito

Risco da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor das contas a receber mencionadas anteriormente como consumidores (nota explicativa nº 7.1). O valor do risco efetivo de eventuais perdas encontra-se apresentado como perda no valor recuperável (nota explicativa nº 7.2). A mitigação desse risco ocorre com a aplicação de procedimentos analíticos de monitoramento das contas a receber de consumidores, ações de cobrança e corte no fornecimento de energia. Outro fator que minimiza o risco de crédito é o perfil da carteira de crédito, que é pulverizada em um número expressivo de consumidores.

b. Gerenciamento de risco de mercado

Risco de mercado é a eventual perda resultante de mudanças adversas nos preços de mercado. Esses riscos de mercado, que estão além de nosso controle, envolvem principalmente a possibilidade de que mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio e inflação, possam afetar negativamente o valor de nossos ativos financeiros, fluxos de caixa e rendimentos futuros. A mitigação destes riscos ocorre por meio da aplicação de procedimentos de avaliação da exposição dos ativos e passivos ao risco de mercado e, consequentemente, contratação de *hedge* junto a Instituições Financeiras de primeira linha. As operações de *hedge* cambial estão atreladas ao IGP-M. A Administração se utiliza desta estratégia de mitigação de risco de mercado devido ao IGP-M ser o índice de atualização da receita da Companhia. O risco cambial advindo da exposição ao dólar está com saldo menor que o *swap* cambial, isto se deve pelo pagamento antecipado de parte do Unit Notes (vide nota explicativa nº 19).

Os principais riscos de mercado que podem afetar o resultado da Companhia é o risco de variação no dólar e nos indexadores da dívida.

A Companhia também apresenta risco cambial referente a compra de energia elétrica de Itaipu Binacional, pois os preços são em dólares. Todavia, a compra dessa energia faz parte da "Parcela A" que tem sua recuperação garantida. Assim, no caso de uma expressiva valorização cambial, o fluxo de caixa da Companhia poderá sofrer variações significativas.

A Companhia definiu 3 cenários (provável, possível e remoto) a serem simulados. No provável foram definidas pela Administração as taxas divulgadas pela BM&F, e o cenário possível e o remoto, uma deterioração de 25% e 50% respectivamente nas variáveis. A base de cálculo utilizada é o valor apresentado nas notas explicativas nº 6, nº 19, nº 20 e nº 21.

Para os ativos e passivos financeiros foi fixado um período de um ano para verificação do impacto no resultado financeiro, sendo desconsiderado os pagamentos do período. Com relação aos derivativos, representados por *swaps* que visam proteger dívidas em moeda estrangeira, a ponta passiva foi sensibilizada no item "f - teste de sensibilidade", enquanto a ponta ativa se encontra sensibilizada no quadro a seguir:

Risco Cambial

Exposição e análise de sensibilidade para operações denominadas em dólar

Ativos Financeiros

Recebíveis..... 28.221 1.772 9.270 16.769

Passivos Financeiros

Passivo financeiro mensurado pelo valor justo através do resultado..... (95.689) 6.009 31.434 56.858

Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado..... (195.204) (12.258) (64.124) (115.989)

Total..... (262.672) (4.477) (23.420) (42.362)

Para fins de exposição líquida para operações denominadas em dólar, bem como, para a realização da análise de sensibilidade, a Companhia considerou os instrumentos de proteção conjuntamente com os itens que geram exposição cambial.

Risco de indexadores

Ativos Financeiros

CDI..... (929) 1.880 4.688

TR..... - 2 5

Passivos Financeiros

TJLP..... - (23) (45)

CDI..... 5.367 (10.864) (27.095)

IPCA..... 2.612 272 (2.069)

Total..... 7.050 (8.733) (24.516)

22.3. Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiro. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo caixa e investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos e, também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

Considerando que, com a exceção dos empréstimos e financiamentos os saldos que representam riscos de liquidez naquela data, estavam todos classificados no curto prazo e que esses valores em virtude do segmento e fluxo financeiro da Companhia não são significativos. A Administração abriu por faixa de vencimento somente as operações de empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil que estão sendo apresentado na nota 19.5, 20.3 e 21.4.

22.4. Gerenciamento de risco de pagamento antecipado

Condições Restritivas Financeiras (*covenants*): Determinados contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia estão sujeitos a condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos.

A Administração da Companhia acompanha mensalmente esses indicadores, como forma de monitoramento e remediação com as instituições financeiras envolvidas, quando necessário.

Em 31/12/2011, os índices financeiros contratuais foram atendidos.

22.5. Gerenciamento de riscos relacionados à Companhia e suas operações

Nossas receitas operacionais podem ser positiva ou negativamente afetadas por decisões da ANEEL com relação às nossas tarifas. As tarifas que cobramos pela venda de energia aos consumidores são determinadas de acordo com os contratos de concessão celebrados com a ANEEL e estão sujeitas à discricionariedade regulatória da ANEEL. A mitigação desse risco ocorre pelo monitoramento e aplicação de todas as normas e procedimentos definidos pela ANEEL e um criterioso gerenciamento de custos operacionais.

A ANEEL utiliza, para controle de qualidade dos serviços prestados, os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora). A Companhia adota medidas visando o cumprimento desses indicadores, como a implementação de ações estruturais de logística do atendimento das regiões mais afastadas e planos de melhorias para as regiões metropolitanas. O descumprimento desses indicadores resultam em multas.

a. Gerenciamento de riscos de escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico - ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

b. Risco de não renovação das concessões

A Companhia possui concessões para exploração dos serviços de geração e distribuição de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso as renovações das concessões não sejam deferidas pelos órgãos reguladores ou mesmo renovadas mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia ("concessão onerosa") ou estabelecimento de um preço teto, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

23. TAXAS REGULAMENTARES

31/12/2011 31/12/2010

Quota Reserva Global de Reversão - RGR..... 8.118 1.601

Compensação Financeira pela Utilização

Recursos Hídricos - CFURH..... 13 13

Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA..... 5.668 2.222

Quota - Conta de Consumo de Combustível - CCC..... 14.064 13.243

Quota - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE..... 9.810 4.508

Total..... 37.673 21.587

24. OBRIGAÇÕES DO PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 e nº 11.465, de 15/3/2004 e 28/3/2007, respectivamente.

31/12/2011 31/12/2010

Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT..... 591 475

Ministério de Minas e Energia - MME..... 296 238

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D..... 6.382 3.388

Programa de Eficiência Energética - PEE..... 13.233 5.810

Total..... 20.502 9.911

44.556 21.746

42.233

A atualização das parcelas referentes aos PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176, de 28/11/2005, nº 219, de 11/4/2006, nº 300, de 12/2/2008 e nº 316, de 13/5/2008, e Ofício Circular nº 1644/2009-SFF/ANEEL, de 28/12/2009.

Por meio da Resolução Normativa nº 233, de 24/10/2006, com validade a partir de 1/1/2007, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do programa de eficiência energética. Dentre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

A realização das obrigações com o PEE e P&D por meio da aquisição de ativos imobilizados tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

25. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS - TRABALHISTAS

31/12/2011 31/12/2010

Provisões sobre folha de pagamento (13º salário e férias)..... 6.614 6.496

Provisão de encargos sociais sobre folha de pagamento

(13º salário e férias)..... 2.924 506

Total..... 9.538 7.002

26. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Está representada como segue:

	Provisão		Provisão		31/12/2010	
	No exercício	Saldo	Depósitos judiciais	No exercício	Saldo	Depósitos judiciais
Cíveis - Consumidores (a)	(10)	1.010	4.798	(126)	1.020	4.071
Trabalhistas (b)	(64)	1.420	6.491	(325)	1.484	6.421
Fiscais e tributárias: (c)	-	-	-	-	-	-
ISS	-	-	87	-	-	87
Total	(74)	2.430	11.376	(451)	2.504	10.579

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Total
Saldo em 31/12/2010	1.020	1.484	-	2.504
Constituição	52	216	-	268
Baixas/reversão	(62)	(280)	-	(342)
Saldo em 31/12/2011	1.010	1.420	-	2.430

Contingências passivas possíveis de perdas (d):

31/12/2010.....	8.141	3.137	-	11.278
31/12/2011.....	13.321	4.282	-	17.603

(a) As ações judiciais de natureza civil referem-se, em sua grande maioria, a discussões sobre o valor de contas de energia elétrica, em que o consumidor requer a revisão ou o cancelamento da fatura; a cobrança de danos materiais e morais pelo consumidor, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos medidores de energia elétrica ou decorrentes de variações na tensão elétrica ou de falta momentânea de energia; bem como a ações em que consumidores pretendem a devolução de valores, em razão do aumento das tarifas de energia determinado pelas Portarias nº 38 e nº 45/1986, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, no período de congelamento de preços do Plano Cruzado.

(b) As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a discussões de ex-empregados pretendendo recebimento de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente no trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias.

(c) Dos processos em curso, o processo administrativo decorrente de Auto de Infração e Imposição de Multa - AAIM nº 16741001600003200516 foi julgado parcialmente procedente, cancelando parte da penalidade. O saldo remanescente foi objeto de pedido de compensação que aguarda análise da Secretaria da Fazenda do Estado do Mato Grosso. O AAIM nº 16741001600012200811 tem por objeto os valores de ICMS sobre a demanda contratada que deixaram de ser recolhidos por força de liminares concedidas em ações ajuizadas por usuários de energia. Os Autos de Infração AAIM nº 16741001600008200810 e 117956001600001200712 referem-se a crédito supostamente indevido do diferencial de alíquota de ICMS relativo à aquisição de mercadorias destinadas ao ativo permanente da empresa.

Se a Companhia não sair vencedora nesses processos administrativos, ingressará com ação judicial para anular os referidos autos de infração. Estas infrações têm probabilidade de perda remota para a Companhia.

(d) A Companhia também apresentou os valores de suas contingências passivas, cujas chances de êxito são possíveis. Por entendermos razoáveis as chances de êxito, não houve provisionamento dos referidos valores e, caso as referidas contingências venham a representar perda, estimamos em cerca de 3 a 5 anos, em média, o prazo para que haja o desembolso pela Companhia. As ações judiciais de natureza trabalhista e civil cujas chances de êxito são possíveis referem-se, em sua grande maioria as discussões mencionadas nos itens (a) e (b) acima.

27. OUTROS PASSIVOS

Circulante Não circulante

31/12/2011 31/12/2010 31/12/2011 31/12/2010

Adiantamento de consumidores..... 4.944 3.888

Valores a reembolsar - empregados... 17 -

Empréstimo compulsório - Eletrobrás 570 581

Encargos tarifários 4.017 4.206

Entidades Seguradoras 457 843

Encargos ex-isolados 830 645

Plano de Universalização 370 996

Convênios de arrecadação..... 1.329 1.314

JBF Consultoria Tributária Ltda..... - 3.815

Santa Gabriela Energética S.A. - 11.404 13.737

Valores e encargos a recuperar

tarifa - TUSD - - 12.202 12.202

Subvenção PIS - CCC - - 618 430

Subvenção COFINS - CCC - - 2.845 1.981

Outros - 1.112 830 520 439

Total..... 13.646 17.118 27.589 28.789

28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**28.1. Capital social**

O capital social da Companhia em 31/12/2011 e 31/12/2010 é de R\$ 710.197, e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Número de ações em milhares					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Rede Energia S.A.	25.365	61,84	22.078	28,37	47.443	39,92
Inepar S.A Indústria e Construções	10.794	26,32	8.323	10,69	19.117	16,08
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS	2.109	5,14	46.521	59,77	48.630	40,92
Outros	2.750	6,70	913	1,17	3.663	3,08
Total	41.018	100,00	77.835	100,00	118.853	100,00

Os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado. Os dividendos a serem pagos às ações preferenciais terão um acréscimo de 10% (dez por cento) sobre aqueles pagos às ações ordinárias.

30.1. Receita bruta de vendas

Residencial.....	835.459	793.867	1.798.630	1.727.354	909.732	790.877
Industrial.....	17.856	16.431	827.774	973.432	452.086	461.933
Comercial, serviços e outras atividades.....	82.176	78.663	1.219.582	1.142.173	666.830	571.927
Rural.....	151.817	139.471	726.036	639.561	231.256	180.602
Poder público.....	10.765	10.347	282.119	277.795	143.807	129.640
Iluminação pública.....	701	673	227.389	217.855	53.151	46.358
Serviço público.....	1.091	1.060	159.164	155.006	65.311	58.194
Consumo próprio.....	281	269	10.131	10.211	-	-
Fornecimento não faturado.....	-	-	-	-	24.785	9.609
Receita do uso da rede	-	-	-	-	152.422	82.669
Fornec. não faturado - diferimento de TUSD.....	-	-	-	-	13.139	9.414
Redução da receita - Baixa renda.....	-	-	-	-	5.085	11.668
Provisão redução da tarifa - Irrigação.....	-	-	-	-	1.132	1.128
Subtotal	1.100.686	1.040.781	5.250.825	5.143.387	2.718.736	2.354.119
Suprimentos - CCEE.....	-	-	723.038	226.555	24.335	10.302
Receita de construção.....	-	-	-	-	285.780	461.029
Outras receitas.....	-	-	-	-	20.239	16.974
Total	1.100.686	1.040.781	5.973.863	5.369.942	3.049.090	2.842.424

30.2. Reconciliação da alíquota efetiva de PIS e COFINS

	31/12/2011		31/12/2010	
	PIS	COFINS	PIS	COFINS
Fornecimento de Energia Elétrica.....	2.751.494	2.751.494	2.370.753	2.370.753
Alíquota.....	1,65%	7,60%	1,65%	7,60%
Subtotal	45.400	209.114	39.117	180.177
Outros.....	(37)	(168)	-	-
Valor da Contribuição	45.363	208.946	39.117	180.177

(-) Créditos a descontar

Energia elétrica comprada para revenda (a)..... (11.956) (55.068) (11.826) (54.474)

Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição..... (2.444) (11.260) (1.661) (7.652)

Aquisição de Combustível..... (269) (1.239) (326) (1.502)

Materiais e serviços utilizados como insumos..... (1.148) (5.291) (778) (3.580)

Depreciação e amortização..... (1.471) (6.778) (1.300) (5.988)

Outros..... (28) (131) (23) (100)

Subtotal..... (17.316) (79.767) (15.914) (73.296)

Valor da contribuição líquida..... 28.047 129.179 23.203 106.881

Alíquota efetiva anual (b)..... 1,02% 4,69% 0,98% 4,51%

(a) Vide nota explicativa nº 31.

3

	Despesas com vendas		Despesas gerais e administrativas	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Despesas com pessoal:	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Remuneração	(30.254)	(4.007)	(29.606)	(25.453)
Encargos sociais - INSS	(7.641)	(1.122)	(6.564)	(4.584)
Encargos sociais - FGTS	(2.170)	(320)	(1.682)	(527)
Indenização sobre o saldo do FGTS	(622)	-	(151)	(471)
Contribuição como mantenedor da Fundação	(804)	-	(696)	334
(-) Transferências para ordens em curso	3.921	-	19.468	-
Total despesas com pessoal	(37.570)	(5.449)	(19.231)	(30.701)

33. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2011	31/12/2010
Receitas financeiras:		
Renda de aplicação financeira	10.130	5.601
Mútuo com partes relacionadas	12.391	11.893
Juros ativos	12.981	18.964
Variação monetária	62.096	49.920
Acréscimos moratórios	36.420	30.987
Ajuste a valor presente	19.250	22.794
Ajuste marcação a mercado - swap	31.907	26.516
Operações de swap	17.997	23.896
Outras receitas financeiras	9.773	7.783
Total das receitas financeiras	212.945	198.354
Despesas financeiras:		
Encargos de dívidas		
Moeda nacional	(112.903)	(97.795)
Moeda estrangeira	(15.701)	(19.499)
Mútuo com partes relacionadas	(19)	(1.374)
Subtotal	(128.623)	(118.668)
Variações monetárias		
Moeda nacional	(18.910)	(3.503)
Moeda estrangeira	(65.643)	(42.047)
Subtotal	(84.553)	(45.550)
Juros/multas	(62.658)	(72.105)
Ajuste a valor presente	(18.040)	(20.640)
Ajuste marcação a mercado - swap	(32.805)	(22.243)
Operações de swap	(30.959)	(70.344)
Encargos financeiros - parcelamento Lei nº 11.941/2009	(17.616)	(4.697)
Outras despesas financeiras	(17.966)	(23.372)
Total das despesas financeiras	(393.220)	(377.619)
Resultado financeiro	(180.275)	(179.265)

34. LUCRO POR AÇÃO

Cálculo de lucros por ação (em milhares, exceto valor por ação):	
Exercícios findos em	
31/12/2011	31/12/2010
Lucro líquido básico por ação	
Numerador	
Lucro líquido do exercício	
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	99.308
Lucro disponível aos acionistas ordinários	47.576
Subtotal	146.884
Denominador (em milhares de ações)	
Média ponderada de número de ações preferenciais	77.835
Média ponderada de número de ações ordinárias	41.018
Subtotal	118.853
Lucro líquido básico por ação	
Ação preferencial	1,28
Ação ordinária	0,16

35. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia possui programa de participação dos empregados nos lucros ou resultados, com base em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidos. O montante dessa participação registrada como custo operacional e paga no exercício de 2011 foi de R\$4.878 (R\$3.289 em 2010).

36. REAJUSTE TARIFÁRIO

Por meio da Resolução Homologatória nº 1.131, de 5/4/2011 e da Nota Técnica nº 67/2011-SRE/ANEEL, de 30/3/2011, a ANEEL homologou o resultado do "IRT" Índice de Reajuste Tarifário Anual de 2011 fixando o reajuste médio em 18,06% (dezoito vírgula zero seis por cento), sendo 10,98% (dez vírgula noventa e oito por cento) relativos ao reajuste tarifário anual econômico e 7,08% (sete vírgula zero oito por cento) relativos aos componentes financeiros pertinentes, correspondendo a um efeito médio de 12,89% (doze vírgula oitenta e nove por cento) a ser percebido pelos consumidores cativos. As tarifas que contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros externos ao reajuste estarão em vigor no período de 8/4/2011 a 7/4/2012.

37. PLANO DE APOSENTADORIA E PENSÃO

A Companhia patrocina, em conjunto com seus empregados em atividade, ex-empregados e respectivos beneficiários, planos de benefícios de aposentadoria e pensão, com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é feita por meio da Redeprev - Fundação Rede de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira. Os planos de benefício instituídos pela Companhia junto à Redeprev são:

a. Plano de Benefícios CEMAT BD-I:

Instituído em 1/1/1994, está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos participantes ativos, participantes assistidos e patrocinadora. Esse plano encontra-se em extinção para novas adesões desde 1/1/1999. Asseguram benefícios suplementares à aposentadoria por tempo de serviço/velhice, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte e pecúlio por morte.

b. Plano de Benefícios R:

Obteve autorização e aprovação para a aplicação do seu Regulamento por meio da Portaria nº 880, de 12/1/2007, emitida pelo Departamento de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar do MPS. O referido plano é resultante da fusão dos extintos Planos de Benefícios CELPA-R, CEMAT-R e ELÉTRICAS-R, cujos Regulamentos foram condensados em um único Regulamento, sem solução de continuidade. O plano está estruturado na forma de Benefício Definido. Assegura os seguintes benefícios de risco estruturado: suplementação da aposentadoria por invalidez, suplementação do auxílio-doença, suplementação da pensão por morte e pecúlio por morte. Os benefícios são custeados exclusivamente pela CEMAT e de forma solidária com as demais patrocinadoras, CELPA, Centrais Elétricas do Pará S.A. e as empresas do REDE ENERGIA. Antes da fusão os planos eram contabilizados em separado, e a partir de então as contas são prestadas de forma comum, em um único balancete, por conta da legislação que regula as entidades de previdência complementar. Todavia, especificamente para efeitos desta Avaliação e para o cumprimento do CPC 33 - Benefício a empregados, impõe-se a aferição compartimentada dos compromissos atuariais, das despesas com contribuições, dos custos e do Ativo do Plano de Benefícios R, por empresa patrocinadora.

c. Plano de Benefício CEMAT-OP:

Instituído em 1/1/1999 assegura o benefício de Renda Mensal Vitalícia, após o prazo de diferimento. Durante o prazo de diferimento do benefício, este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida e o valor da Renda Mensal Vitalícia está sempre vinculado ao

montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do participante. A Renda Mensal Vitalícia, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente anualmente, sendo nesta fase considerada Benefício Definido. O custeio do plano é feito pelos participantes ativos e pela patrocinadora. Os participantes contribuem, a sua escolha, com um percentual de 2% a 20% do salário contribuição e a patrocinadora, por sua vez, contribui com um adicional de 10% sobre o valor contribuído pelos participantes. A contribuição da patrocinadora durante o exercício de 2011 foi de R\$ 250 (R\$ 230 em 2010).

37.1. Situação financeira dos planos de benefícios - avaliação atuarial - data base 31/12/2011

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia em 31/12/2011, os planos de benefícios definidos, seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 - Benefício a empregados, são conforme segue:

a. Informações dos participantes:

	Planos de Benefícios			Total
	CEMAT BD-I	R	CEMAT-OP	
Número Participantes	4	1.845	1.846	3.695
Número Assistidos	96	29	284	409
Número Beneficiários				
Pensionistas (famílias)	49	19	37	105
	149	1.893	2.167	4.209

b. Premissas utilizadas nesta avaliação atuarial:

	Avaliação Atuarial 2011		Taxa Avaliada Atuarial 2010	
1. Taxa de desconto para o cálculo do valor presente	5,5% - todos os planos	6,00% líquido - plano de risco 5,50% líquido - demais planos		
2. Taxa de rendimento esperada sobre os ativos dos planos	5,5% - todos os planos	6,00% líquido - plano de risco 5,50% líquido - demais planos		
3. Taxa de crescimento salarial futuro	4,81% (2% líquido)	4,08% (2% líquido)		
4. Taxa de crescimento real dos benefícios: Da Previdência Social	-	-		
Do Plano	-	-		
5. Taxa de inflação	2,81%	2,08%		
Fator de capacidade: Dos Salários	1,00	1,00		
Dos Benefícios	1,00	1,00		
6. Tábua de mortalidade geral	AT2000 - Male	AT2000 - Male		
7. Tábua de mortalidade de inválidos	IBGE 2010, ambos os sexos.	IBGE 2009, ambos os sexos.		
8. Tábua de entrada em invalidez	Nula	Nula		
9. Tábua de rotatividade	Nula	Nula		

As premissas atuariais adotadas são imparciais e mutuamente compatíveis. A taxa de desconto é baseada em taxas de mercado de títulos corporativos de alta qualidade com prazos e moeda semelhante às obrigações. A taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano reflete as expectativas do mercado no início do período, relativas a rendimentos ao longo da vida da obrigação. A taxa de crescimento salarial é baseada na experiência histórica da Companhia.

c. Síntese da Avaliação Atuarial:

	Planos de Benefícios			Total
	CEMAT BD-I	R	CEMAT-OP	
1. Exigível atuarial	42.349	18.537	137.984	198.870
2. Benefícios concedidos				
Aposentadoria	27.416	-	84.157	111.573
Invalidez	5.464	9.472	-	14.936
Pensão	8.311	9.065	9.250	26.626
3. Benefícios a conceder				
Benefício definido	1.158	-	-	1.158
Contribuição definida	-	-	44.577	44.577

d. Conciliação da posição dos fundos de benefício definido:

	CEMAT - BD-I		R		Total	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Valor presente da obrigação de benefício definido	41.092	40.108	12.078	11.540	53.170	51.648
Custo do serviço corrente	1.242	984	6.459	539	7.701	1.523
Custo dos juros	2.260	2.206	664	692	2.924	2.898
Benefícios pagos (Ganhos)/Perdas atuariais	(4.102)	(3.916)	(1.759)	(1.293)	(5.861)	(5.209)
Saldo no final do exercício	42.349	41.092	18.537	12.078	60.886	53.170
Valor justo dos ativos do plano	38.016	35.148	14.312	12.261	52.328	47.409
Saldo no início do exercício	38.016	35.148	14.312	12.261	52.328	47.409
Retorno esperado	2.091	1.933	787	736	2.878	2.669
Contrib. recebidas do empregador/participantes	14	15	1.374	1.066	1.388	1.081
Benefícios pagos (Ganho)/(Perda) atuarial	(4.102)	(3.916)	(1.759)	(1.293)	(5.861)	(5.209)
Saldo no final do exercício	41.240	38.016	19.333	14.312	60.573	52.328
Posição líquida (a)	(1.109)	(3.076)	796	2.234	(313)	(842)
Não reconhecida	(1.109)	(3.076)	796	2.234	(313)	(842)
Reconhecida	-	-	-	-	-	-

e. Composição dos ativos dos planos:

	CEMAT - BD-I		R		Total	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Disponível, gestão previdencial e administrativa	5.402	7.178	794	736	6.196	7.914
Investimentos						
Títulos públicos	12.624	11.855	5.931	4.526	18.555	16.381
Créditos privados e depósitos	20.471	16.399	9.618	6.260	30.089	22.659
Ações	836	1.251	314	355	1.150	1.606
Fundos de investimento	5.836	7.178	2.532	2.630	8.368	9.808
Imobiliários	1.221	1.235	-	-	1.221	1.235
Empréstimos e financiamentos	422	264	158	97	580	361
Outros realizáveis	-	-	2	-	2	-
Total	46.812	45.360	19.349	14.604	66.161	59.964

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JORGE QUEIROZ DE MORAES JUNIOR Presidente	ANTONIO DA CUNHA BRAGA Conselheiro Administrativo
ALBERTO JOSÉ RODRIGUES ALVES Conselheiro Administrativo	ARISTÓTELES LUIZ MENEZES VASCONCELLOS DRUMMOND Conselheiro Administrativo
ATILANO DE OMS SOBRINHO Conselheiro Administrativo	MILTON HENRIQUES DE CARVALHO FILHO Conselheiro Independente
OCTÁVIO TAVARES DE OLIVA FILHO Conselheiro Administrativo	
CARMEM CAMPOS PEREIRA Conselheira Administrativa	

MEMBROS DA DIRETORIA

CARMEM CAMPOS PEREIRA Diretora Presidente e de Relação com Investidores	MILTON TAKAYUKI UMINO Diretor Vice-presidente de Operações
HENRIQUES JUIES DE ALMEIDA Diretor Financeiro e Administrativo	VALDIR JONAS WOLF Diretor Vice-presidente
ALEXEI MACORIN VIVAN Diretor Gerente	JOSÉ ADRIANO MENDES SILVA Diretor de Planejamento e Projetos Especiais
	Gilberto de Souza Oliveira Contador - CRC - 1SP 21956210-4 MT

MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

RUBENS GERIGK Conselheiro Efetivo	ALCIDES BUENO FILHO Conselheiro Efetivo	KLEBER CIMINI LAGE Conselheiro Efetivo
CARLOS SOUZA BARROS DE CARVALHOSA Conselheiro Efetivo	CAROL SAMPAIO DIOGO DE SIQUEIRA Conselheira Efetiva	ELIE LEBBOS Conselheiro Efetivo

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT Cuiabá - MT

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2011, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Em decorrência dos assuntos descritos nos parágrafos "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria.

Base para abstenção de opinião

Conforme divulgado na nota explicativa 1, recentemente a Companhia tem apresentado dificuldades significativas de captação e renovação de seus empréstimos e financiamentos o que vem resultando em dificuldades de liquidar o serviço da dívida, a sua amortização e liquidação de outros compromissos operacionais de curtíssimo prazo. Além disso, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o passivo circulante da Companhia excedeu o ativo circulante em R\$ 82.136 mil. A Companhia nos apresentou um fluxo de caixa projeta-

do para um período de 12 meses após a data base destas demonstrações financeiras que apresenta uma necessidade de recursos adicionais relevantes neste período, refletindo seu atual cenário. Adicionalmente, a Companhia é controlada da Rede Energia S.A. a qual possui investimento em sua controlada Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA - "Em Recuperação Judicial" ("CELPA") que está em processo de Recuperação Judicial, cujo pedido foi deferido em 29 de fevereiro de 2012. A administração está em curso de negociação com seus credores - instituições financeiras - com o objetivo de alongar o perfil do seu endividamento. Todavia, este equacionamento depende de eventos futuros alheios ao controle da administração da Companhia. Neste momento, estas situações indicam a existência de incerteza significativa que levanta dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade da Companhia e, portanto, ela pode não ser capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios. Assim, até a presente data não obtivemos evidência de auditoria suficiente para concluirmos sobre estas múltiplas incertezas. As demonstrações financeiras inclusive as notas explicativas não divulgam integralmente estes fatos. A Companhia possui valores a receber da CELPA no montante de R\$ 65.099 mil, registrado no ativo não circulante. A realização deste saldo está vinculada à satisfatória resolução da incerteza relacionada ao processo de Recuperação Judicial da CELPA, portanto entendemos que as normas contábeis requerem o registro de uma provisão para não recuperação deste valor, o que não foi feito. Assim, o ativo não circulante, o resultado do exercício e o patrimônio líquido estão apresentados a maior.

As notas explicativas não informam a posição dos contratos de compra de energia no sentido de estar atendendo ou não os limites operacionais regulatórios, tampouco nos foi dado acesso a esta informação. Consoante práticas contábeis adotadas no Brasil esta informação sobre eventual exposição de cobertura deveria ser divulgada nas notas explicativas.

Abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras

Devido à relevância dos assuntos descritos nos parágrafos Base para abstenção de opinião, até esta data, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria. Conseqüentemente, não expressamos opinião sobre as demonstrações financeiras acima referidas.

37.2. Reconciliação contábil

	Passivo atuarial não coberto (a)	Confissão de dívida (b)	Contribuição corrente	Total
Saldo em 31/12/2009	353	25.017	417	25.787
Despesa do exercício	-	2.870	-	2.870
Pagamentos de contribuições/divida	-	(7.171)	(417)	(7.588)
Baixa de passivo atuarial não coberto	(353)	-	-	(353)
Contribuição corrente	-	-	598	598
Saldo em 31/12/2010	-	20.716	598	21.314
Despesa do exercício	-	2.319	-	2.319
Pagamentos de contribuições/divida	-	(7.679)	(598)	(8.277)
Contribuição corrente	-	-	571	571
Saldo em 31/12/2011	-	15.356	571	15.927

(a) Passivo atuarial não coberto: tem origem em acordo firmado entre a Companhia e os ex-empregados e pensionistas. Nos termos do acordo, deliberado pela Resolução nº 10 de 4/8/1989, pela Administração da Companhia e passando a vigorar a partir de 11/6/1996, que conferiu direitos e benefícios previdenciários ao grupo de pessoas acima referido.

(b) Contas a pagar à Redeprev - Confissão de dívida: em 29/1/2003 foi firmado contrato de Parcelamento de dívida, relativo à reserva matemática no montante de R\$23.240 que será amortizado em 132 parcelas mensais e sucessivas, sendo a última em 31/12/2013, atualizadas monetariamente pelo INPC + 6% de juros a.a. Em 18/7/2006 foi firmado um instrumento particular de contrato de amortização de insuficiência atuarial no valor de R\$2.500, dos quais R\$1.142 referem-se à cobertura integral da insuficiência verificada no plano de benefício, e R\$1.358 com vistas à constituição de fundo de cobertura de oscilação de risco, esse montante será pago em 60 parcelas mensais e sucessivas a partir de 30/7/2006 acrescido de juros de 6% a.a + INPC. O saldo dos contratos em 31/12/2011 resultou no montante de R\$15.356, sendo R\$7.678 no passivo circulante e R\$7.678 no passivo não circulante (R\$20.716, R\$